



**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)
NO CEARÁ: O caso do Município de Acaraú**

NICOLAU DE LIMA BUSSONS

UFC/BU/BEA 02/05/2002 D



R1489585 Análise socioeconômica do
C730203 Programa Nacio
306.852 B989a

FORTALEZA - CEARÁ

2002



ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO
CEARÁ: O caso do Município de Acaraú

NICOLAU DE LIMA BUSSONS

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, do
Departamento de Economia Agrícola, do Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal do Ceará, como parte das exigências
para obtenção do Grau de Mestre.

FORTALEZA - CEARÁ

2002



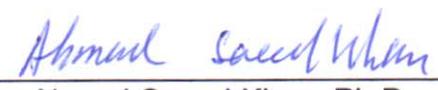
Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Economia Rural, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, encontrando-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Departamento de Economia Agrícola.

A citação de qualquer trecho deste trabalho é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.


Nicolau de Lima Bussons

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2002


Professor Luiz Antônio Maciel de Paula, Ph.D.
Orientador


Professor Ahmad Saeed Khan, Ph.D.


Professor Ricardo Chaves Lima, Ph.D.

Talvez tenha chegado o momento mais difícil deste trabalho: decidir a quem dedicar estas "mal traçadas linhas". Ao longo da pesquisa foram muitos os momentos em que me encontrei distraído, dedicando minhas divagações às usuais três linhas à direita da maioria das dissertações.

No primeiro momento, a batida acelerada do coração manifestou-se. O trabalho só poderia ser dedicado à minha eterna-apaixonante companheira Aline. Afinal de contas, ninguém compreendeu com paciência e dedicação maiores esta etapa da minha vida. Porém, não queria de imediato esgotar as possibilidades

Vem o segundo momento e deparei-me com o mais lógico: a dedicatória seria destinada aos meus pais, Pantaleão e Clarice, e irmãos, João e Luíza, uma vez que provavelmente sem eles não encontraria a tranquilidade e um ambiente tão favorável para esta empreitada. Entretanto a sensação de que me estava esquecendo de alguém me fez pensar mais um pouquinho.

Restava o companheirismo do amigo Alexandre, pois doze anos de debate político-futebolístico e ético sempre merecem uma homenagem. Pensei e conclui que o possível homenageado preferiria uma comemoração no primeiro bar da esquina digna de tri-campeão do Tricolor de Aço.

Ao apagar das luzes, lembrei-me de duas figurinhas que praticamente nasceram junto com a minha aprovação neste mestrado e, surpreendentemente, dedicaram sua incompreensão de mundo à construção desta pesquisa. Inferi que esta exaustiva dedicação merecia ser recompensada. Conseguiria também satisfazer a todos os mencionados acima, pois em cada lágrima e sorriso das citadas figurinhas estas pessoas fazem-se presentes.

Portanto, Gabriel e Pedro, tentando retribuir os momentos ausentes, o padrinho-tio-amigo **dedica carinhosamente a vocês** o esforço depositado neste trabalho.



AGRADECIMENTOS

Às minhas sobrinhas Roberta e Giovanna, pelas manifestações de carinho à minha pessoa.

A toda a minha família, fiel, incentivadora da minha vida profissional.

Ao amigo-irmão Jefferson Sousa, prova maior de que o companheirismo é possível quando se divide o mesmo espaço de moradia.

Às minhas cunhadas, Alessandra e Alana, com quem tive a oportunidade de compartilhar inúmeras risadas no decorrer do trabalho, desafogando os momentos mais difíceis de sua construção.

Ao orientador, Prof. Dr. Luís Antônio Maciel de Paula, pelas sugestões, dedicação e apoio dado à elaboração deste ensaio.

Ao companheiro Prof. Dr. José Ribamar Furtado, pela sensibilidade e acolhida na fase decisiva desta pesquisa.

Ao grupo de pesquisa da Prof.^a Dra. Mônica Martins, cujo confronto e compartilhamento de idéias resultou no referencial teórico deste estudo.

Ao Prof. Dr. Ahmad Saeed Khan, pelas sugestões e o empenho na elaboração do presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Ricardo Chaves, pela disponibilidade e comentários tecidos a respeito deste estudo.

A todos os companheiros da CIPAT e TERRAMAR, em especial aos companheiros Sávio Joaquim, Henrique e Soraia, por compreenderem a minha ausência fraterna e profissional neste três últimos anos.

Aos companheiros Gil, Hélio, Robert e Dimas, pela oportunidade de extravasar, desabafar e, principalmente, sorrir nos momentos mais tensos do trabalho.

À Universidade Estadual Vale do Acaraú, em especial à sua administração e colegas do curso de Zootecnia, que compreenderam a importância deste momento para o desenvolvimento da minha vida acadêmica.

Aos colegas de mestrado e, em especial, a amiga Yelena, pelo convívio fraterno durante o percurso de mais esta etapa de nossas vidas.

Aos professores e funcionários do DEA/CCA/UFC, que nos propiciaram as condições para a realização do curso de Mestrado.



Homenagem Especial

A todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Acaraú que fizeram parte desta pesquisa pela gentileza de abrirem suas portas e relatarem atenciosamente suas experiências e intimidades.

SUMARIO



	Página
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo Geral	9
1.2 Objetivos Específicos	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Conceito de Análise para a Agricultura Familiar	10
2.2 Concepções de Agricultura Familiar, o que Norteia as Ações do PRONAF?	18
2.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	24
2.3.1 Antecedentes.....	24
2.3.2 Objetivos e Características operacionais do PRONAF.....	25
3 METODOLOGIAS	32
3.1 Área de Estudo	32
3.3.1 O Município.....	32
3.3.2 Os Assentamentos.....	33
3.3.3 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).....	34
3.1 Natureza dos Dados	35
3.2 Delimitação do Universo	37
3.3 Tamanho da Amostra e Amostragem	37

	Página
3.4 Métodos de Análise	38
3.5 Tratamento Estatístico	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 Caracterização Socioeconômica	39
4.1.1 Caracterização dos Beneficiários.....	39
4.1.2 Caracterização da Família dos Beneficiários.....	42
4.1.3 Caracterização dos Estabelecimentos.....	43
4.1.4 Caracterização do Financiamento.....	45
4.2 Análise das Melhorias das Condições para o Aumento da Capacidade Produtiva	47
4.2.1 Assistência Técnica.....	47
4.2.2 Capacitação.....	49
4.2.3 Tratos Culturais.....	50
4.2.4 Comercialização.....	51
4.3 Verificação dos Níveis de Geração de Ocupações e de Renda	53
4.3.1 Geração de Ocupações.....	53
4.3.2 Geração de Renda.....	55
4.3.3 Desempenho de Vendas.....	56
4.3.4 Avaliação da Qualidade de Vida.....	58
4.4 A Participação dos Agricultores Familiares na Elaboração e Acompanhamento PRONAF	60
4.4.1 Caracterização dos Conselheiros.....	60
4.4.2 Níveis de Participação dos Conselheiros nas Decisões do PRONAF.....	61
4.4.3 Resultados da Participação dos Conselheiros.....	62
5 CONCLUSÕES, SUGESTÕES E LIMITAÇÕES	64
5.1 Conclusões	64
5.2 Sugestões	67
5.3 Limitações	69

Página

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA..... 70

ANEXOS 73

LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
1	Número de contratos e volume de recursos do PRONAF - Crédito Rural.....	27
2	Número de municípios selecionados e recursos de tesouro disponíveis por ano para o PRONAF - Infra-Estrutura e Serviço.....	29
3	Produção média dos principais produtos e destino da produção dos agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF no município de Acaraú em 2001.....	53
4	Comercialização da produção dos beneficiários do PRONAF no município de Acaraú em 2001.....	53
5	Apoio a Infra-Estrutura municipal no estado do Ceará - PRONAF - Infra-Estrutura e serviços 1997/1990.....	63



LISTA DE FIGURAS

FIGURA		Página
1	Fluxo operacional do PRONAF - Crédito rural.....	28
2	Fluxo operacional do PRONAF - Infra-estrutura e Serviços.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO		Página
1	Caracterização dos beneficiários - sexo.....	40
2	Caracterização dos beneficiários - grau de instrução.....	42
3	Ocupação dos beneficiários.....	42
4	Caracterização dos beneficiários - cor.....	42
5	Grau de instrução da família dos beneficiários.....	43
6	Caracterização dos estabelecimentos - área individual.....	44
7	Finalidade da produção - pecuária.....	52
8	Variação nas vendas dos beneficiários após o PRONAF.....	57
9	Caracterização dos conselheiros - sexo.....	60



RESUMO

A proposta deste trabalho foi realizar uma análise socioeconômica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Município de Acaraú - CE. Para isto, trabalhou-se inicialmente uma discussão teórica sobre a expressão agricultura familiar, no sentido de compreender o porquê desta temática ser a escolhida pelo atual Governo Federal como principal linha estratégica do desenvolvimento rural brasileiro. Na discussão conceitual realizada posteriormente, identificou-se a concepção que norteia as ações do Programa. Para a viabilização da análise, realizou-se um trabalho *in loco* nos assentamentos do Programa Reforma Agrária Solidária, responsáveis pelo beneficiamento de mais de 80% dos recursos do PRONAF aplicados no Município. No trabalho de campo, definiu-se uma amostra de 25% da população de cada assentamento, exigindo a aplicação de 28 questionários. Outro recurso metodológico utilizado na pesquisa foi a realização de entrevistas com os principais atores do Programa. Recorreu-se, ainda, à técnica da observação participante num trabalho específico com os conselheiros da Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) do Município. Os resultados mostram a ineficiência do PRONAF perante os seus objetivos propostos de melhorias das condições para o aumento da capacidade produtiva e de geração de ocupação e renda. Constatou-se, também, que os conselheiros do CMDS restringem-se a uma participação formal na elaboração e acompanhamento das ações do Programa. Em conclusão, tem-se que o PRONAF não possibilitou até o momento a inclusão social dos agricultores familiares beneficiados pelos seus recursos principalmente pelo fato de a concepção que o norteia abdicar de uma análise que aponte os efeitos nocivos da inserção dos trabalhadores rurais no mercado competitivo da agricultura capitalista brasileira. Sugere-se pesquisas que aprofundem teoricamente a dicção agricultura familiar e que abram horizontes para todo o estado do Ceará no que se refere as ações do PRONAF.



ABSTRACT

This paper aims summarizing a socio-economic analysis of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (National Program do Strengthen Family-Based Farming) (PRONAF) in the municipality of Acaraú - Ce. For that purpose, we initially developed a theoretical discussions on the term family-based farming in order to understand the reason for the government to have chosen this approach as the main strategic live for Brazil's rural development. In the subsequent theoretical discussion, we identified the concept that orients the program's actions. In order to make the analysis feasible, activities were carried out in loco at the settlements of the Solidary Agrarian Reform Program which are responsible for more than 80% of the PRONAF resources throughput in the municipality. Field work was done on a sample of 25% of the population of each, settlement through the application of 28 questionnaires. Another methodological resource used in the research werw interviews with the program's leading actors. We also used the participatory observation technique in a specific work with the members of the Municipal Sustainable Development Council (CMDS). The results show PRONAF's, inefficiency vis-à-vis its proposed objectives aimed at improving conditions to increase productive capability and to generate occupation and income. We have also ascertained that CMDS members limit their participation to a forma outlining and monitoring of the program's actions. In conclusion, so far PRONAF has not eneabled the social inclusion of family farmers benefited by its resources, main ly because its guiding concept abdicates from doing na analysis capable of pinpointing the negative effects caused by the insertion of rural workers in the competitive market of the Brazilian capitalistic agriculture. The study suggests carrying of research capable of theoretically deepening the term family-based agriculture and of opening new horizons for the entire states of Ceará in what concerns PRONAF's action.



1 INTRODUÇÃO

Um dos questionamentos deste trabalho é entender por que a agricultura familiar foi a escolhida pelo atual Governo Federal como principal linha estratégica do desenvolvimento rural brasileiro.

Compreender esta opção requer inicialmente a apresentação de algumas características do espaço rural brasileiro no seu contexto histórico. São elas: a elevada concentração de terras, o amplo apoio institucional à expansão do capitalismo no campo e a implementação de uma série de políticas públicas de caráter exclusivamente compensatório. Portanto, qualquer discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro deve pautar-se sobre esta caracterização.

No período colonial, o estabelecimento das capitanias hereditárias e a superexploração dos nossos recursos naturais pelos portugueses foram os primeiros sinais de exclusão social do campo brasileiro. De acordo com SZMRECSÁNYI (1990), a organização da produção era extremamente rudimentar naquela época. Praticamente inexistia a experiência da agricultura. Todas as atenções voltavam-se para cultura única – que era produto de exportação - e esta era explorada com características de extrativismo, sendo o excedente da produção utilizado para o consumo da população local. O sistema escravocrata predominava na maioria das propriedades, sendo praticamente nula divisão social do trabalho.

O desmoronamento desta forma organizacional do rural brasileiro iniciou-se no ano de 1850, quando se proíbe efetivamente o tráfico negreiro e é estabelecida no País a Lei de Terras. Como explica MARTINS (1997), esta lei tratou de aprovar um regime de propriedade que impedisse o acesso à propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro para comprá-la, mesmo que fosse terra pública ou devoluta. Para obter legitimação do direito à terra, era necessário que a pessoa pagasse por ela. Fortalecia-se, agora legalmente, a formação de uma das mais perversas distribuições de terra do mundo.

Paralelamente à vigoração da Lei de Terras, aprovava-se a lei que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Entre as principais repercussões deste decreto, destaca-

se o suprimento de mão-de-obra para a grande lavoura. Em suma, isto significava o princípio do desenvolvimento do mercado do trabalho no meio rural do País.

Neste contexto, destaca-se na agricultura brasileira a cultura do café, que passa a englobar mais de 40% das exportações brasileiras.

Entre os poucos resquícios da era colonial, mantém-se internalizada a produção em bases artesanais dos meios de produção

O trabalho livre, a viabilização do mercado interno, a instalação das primeiras indústrias de processamento e a construção de uma infra-estrutura (ferrovias, bancos etc.) que possibilitassem o escoamento e a comercialização do principal produto da época, são os principais componentes que diferenciam esta etapa da agricultura brasileira da organização social do período colonial.

A região oeste de São Paulo é o local onde a expansão da cafeicultura é mais expressiva. KAGEYAMA (1989) identifica este momento de apogeu da cultura do café no Estado como o marco das disparidades regionais até os dias atuais na agricultura nacional.

O colonato - como ficaram conhecidos os trabalhadores assalariados do complexo cafeeiro paulista - era formado na sua maioria por imigrantes do Continente Europeu, sendo que um grande contingente foi de origem italiana. Estes trabalhadores estabeleceram nova dinâmica nas relações de produção.

No novo sistema, o excedente era comercializado na própria região. O cultivo passou a ser mais criterioso. Avaliava-se com precisão as variações da produção cafeeira, de acordo com a região, a idade da plantação e, sobretudo, com as condições da cultura. Isto acarretou elevação considerável nos rendimentos médios da cafeicultura.

Esta experiência de trabalho também teve participação fundamental na expansão de outros cultivos agrícolas e no desenvolvimento de atividades não agrícolas que em grande medida foram financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café.

Para GRAZIANO DA SILVA (1989), é neste quadro de fortalecimento das oligarquias rurais - que capitalizaram suas propriedades com os lucros das exportações do café - que o capitalismo começa a ter uma participação mais explícita no meio rural, em especial na intensificação da divisão do trabalho no campo.

A conhecida crise de 1929 repercute diretamente na dinâmica da agricultura brasileira. A grande depressão econômica vivenciada pelas grandes potências fez despencar o preço do café, reduzindo drasticamente as exportações brasileiras.

Inicia-se a fase de integração dos mercados nacionais e concretiza-se a industrialização pesada do País.

No chamado período de transição (1950/60), intensifica-se no meio rural o discurso da modernização. MASSELI (1998) chama a atenção para o esforço do então coordenador de Estado norte-americano de fazer vigorar no Brasil a concepção desenvolvimentista. Nelson Rockefeller clamava pela necessidade do aumento da produção agrícola brasileira e indicava que só a substituição dos meios de produção tradicionais (enxada, esterco, tração animal etc.) por máquinas e insumos de origem industrial conduziria ao melhoramento das condições de vida das populações rurais.

A dificuldade inicial de fazer vigorar esta concepção recaía na dependência da agricultura nacional da importação dos elementos que formavam a nova base técnica da chamada modernização da agricultura. GRAZIANO DA SILVA (1989) explica esta etapa do desenvolvimento rural brasileiro, argumentando que a tendência de “o que” produzir se internalizava gradativamente em função das exigências do mercado nacional, mas os instrumentos necessários para produzir – ou seja, “o como” produzir – ainda dependiam das iniciativas individuais e pioneiras dos produtores.

A partir da década de 1960, o País internaliza sua produção do setor de máquinas e insumos produtivos da agricultura. Este período, conhecido como a tese de industrialização da agricultura, estabelece no Brasil um novo padrão agrícola.

A agropecuária neste contexto perde autonomia e a produção no campo passa a depender cada vez da parafernália tecnológica imposta pela revolução verde (sementes selecionadas, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, tratores etc.) para o seu funcionamento. Por outro lado, o destino da produção é direcionado para abastecimento das agroindústrias processadoras. Este novo padrão de desenvolvimento recebeu a denominação de complexos agroindustriais (CAIs).

O Estado teve papel fundamental na viabilização deste novo modelo. As políticas de crédito, pesquisa e extensão rural tiveram explícita opção de classe, favorecendo os grandes proprietários de terra e o setor empresarial (industrial,

financeiro e comercial) que se encontram em forte integração, de acordo com DELGADO (1985).

A concepção produtivista e o modelo neoclássico de inserção no mercado passam a orientar os rumos do desenvolvimento rural brasileiro.

As principais conseqüências observadas após a opção por este modelo, revelam profundo agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais do País. Para MASSELLI (1998), se por um lado a modernização da agricultura determinou a elevação da produção e da produtividade agrícola, por outro acentuou as desigualdades estruturais que o desenvolvimento do capitalismo no campo assumiu no Brasil, o que agravou a questão agrária, produzindo resultados perversos do ponto de vista das suas implicações sociais. A razão é que, para financiar o desenvolvimento industrial, não houve por parte do Estado uma intenção de modernizar genericamente a agricultura. Decidiu-se privilegiar alguns produtos (de exportação) em detrimento de outros (de subsistência), algumas regiões (Centro-Sul) em prejuízo de outras (Norte e Nordeste), algumas fases do ciclo produtivo (preparo do solo, plantio) em desfavor de outras (colheita). À idéia de modernizar a agricultura associaram-se as de conservar (e até mesmo acentuar) a concentração de terras e da renda e a de manter as arcaicas relações de trabalho no campo (MASSELLI, 1998 : 37).

Em suma, pode-se afirmar que o crescimento econômico alcançado pela modernização da agricultura esteve em plena consonância com os interesses de acumulação capitalista, apresentando um resultado inversamente proporcional em relação as questões sociais, éticas e ambientais com indesejáveis conseqüências ao desenvolvimento do homem do campo.

Porém, paralelamente a este cenário de expropriação dos seus meios de produção (principalmente a terra) e proletarização rural, os trabalhadores rurais retomam as manifestações.

Para STÉDILE (1994), o agravamento da questão agrária fez que os movimentos sociais situassem a necessidade da reforma agrária como principal ponto de pauta entre as suas reivindicações. A abertura política faz ressurgir a esperança de melhores dias. Entretanto, as constantes frustrações nas negociações com os governos que sucederam o período militar (Sarney, Collor e Itamar) proporcionaram a intensificação dos conflitos.

✕ Neste período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) delibera em suas instâncias que o movimento deveria acelerar as ocupações de terra em todo o Brasil. Por outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) promove o Grito da Terra Brasil, reivindicando opções de crédito que permitissem o fortalecimento, reestruturação e/ou reconversão da agricultura familiar.

É nesta conjuntura que começa a se destacar, entre os assessores do Governo Fernando Henrique Cardoso, a temática da agricultura familiar como linha estratégica para o desenvolvimento rural e passa a ser o mais importante referencial das políticas públicas voltadas para o campo.

O desvirtuamento conceptual é o foco desta nova discussão. Utilizado constantemente como contraposição do “patronal”, o termo “familiar” vem servindo para justificar todas as propostas governamentais que tenham como base a agricultura familiar, escamoteando na maioria das vezes a concepção de agricultura familiar de origem norte-americana, que parece ser a verdadeira opção do modelo de desenvolvimento rural adotado pelo País a partir da década de 1980.

Segundo GERMER (1996), no enfoque norte-americano, a agricultura familiar é raciocinada como uma das peças fundamentais da expansão capitalista no campo. Esta referência vai ser a base da opção pela agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural para o Brasil¹. ✕

A divulgação dos resultados do estudo elaborado pelo Banco Mundial sobre o padrão de desenvolvimento agrícola e agrário brasileiro pode ser apontado como um dos precursores dos programas que contemplam a agricultura familiar no País.

No relatório deste estudo, datado de novembro de 1994, constata-se a incapacidade do modelo de desenvolvimento rural baseado na modernização da agricultura de propiciar melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores rurais do Brasil, e aponta-se como alternativa ao processo histórico de exclusão no campo a utilização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

✕ No ano seguinte à divulgação deste relatório, o Governo brasileiro lança oficialmente o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar),

¹ Esta observação é detalhada nos capítulos posteriores referentes ao debate conceitual e das concepções sobre a agricultura familiar que norteiam o PRONAF.

que se transformou em PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996.

O PRONAF é apontado por assessores do Ministério da Agricultura como o elemento de política pública do Governo Federal de maior impacto para o meio rural brasileiro. Este Programa tem como referência experiências de políticas agrícolas européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, após a segunda guerra mundial, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.

O padrão de organização da produção privilegiado pelo Programa está sustentado, implicitamente, nas noções de produtividade e de rentabilidades crescentes, o que resultaria, segundo seus formuladores, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em conseqüência, na melhoria da qualidade de vida da população rural (Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1996:15). ✕

O público-meta – a agricultura familiar de transição – orienta-se pelo acesso às inovações tecnológicas e ao mercado, reforçando a lógica produtivista desta política. Entre os objetivos do Programa destacam-se, a preocupação com a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e a disposição de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva.

Alguns questionamentos vêm sendo levantados por especialistas neste período de vigência do Programa. Nestas reflexões, surgiram perguntas como: existem possibilidades concretas de se resolver o descompasso entre as determinações político-institucionais em relação às reais condições estruturais? É possível superar obstáculos como a inconsistência no uso de conceitos e na definição dos objetivos *versus* estratégias de ação, estrutura da gestão e metas? Que tecnologia aplicada à agricultura familiar permite aumentar a produção numa situação de limite da área de exploração sem expulsar mão-de-obra? Estas e uma série de outras perguntas ainda aparecem como incógnitas sobre o futuro desta política.

Pelo seu curto período de existência, ainda não há no plano nacional uma avaliação que proporcione condições de precisar os impactos desta nova estratégia que situa a agricultura familiar como protagonista de uma política orientada para o desenvolvimento rural.

Algumas avaliações preliminares mereceram destaque no cenário nacional. A maior delas, foi a pesquisa realizada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) - organização reconhecida no País e no Exterior por sua capacidade técnica - que firmou contrato com o Ministério do Trabalho e Emprego para a realização de uma avaliação externa do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) e do PRONAF.

Os resultados indicam a capacidade do Programa de enfrentar o desemprego, o subemprego ou a ocupação precária, fortalecendo as condições de inserção econômica dos que têm alguma potencialidade.

Porém, uma série de limitações foi apontada como possível restrição ao andamento do Programa. Podem ser citadas dentre outras: a concentração dos recursos para custear culturas agrícolas específicas; a prioridade regional (sul e sudeste) na participação dos recursos do crédito agrícola; a utilização dos recursos pela agroindústria com destaque para a fumicultura e a presença em grande escala do trabalho infantil sem oportunidade de estudo.

As observações dessa pesquisa aparecem também como incentivadoras da realização deste trabalho.

A curiosidade do pesquisador foi aguçada para fazer especificamente uma análise das condições socioeconômicas dos beneficiários do PRONAF no Estado do Ceará, utilizando um estudo de caso detalhado no Município de Acaraú.

Segundo MASSELLI (1998), a opção metodológica por um estudo de caso sugere, por um lado, limitações no que se refere à representatividade dos dados levantados, mas, por outro lado, amplia significativamente as possibilidades de aprofundamento na complexidade que se estabelece no Programa.

As observações foram centralizadas nos objetivos propostos inicialmente pelo Programa que são: propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de ocupações e melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, e ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares.

O foco em destaque no estudo foi responder ao seguinte questionamento: quais os resultados que um programa como o PRONAF, que se baseia nas concepções produtivista e de inserção no mercado, vem alcançando no atual estágio de desenvolvimento do rural brasileiro?

A aplicação de questionários, entrevistas com representantes do Programa, entidades representativas dos trabalhadores rurais, a observação participante com os beneficiários do PRONAF e dados oficiais desta política pública contribuíram substancialmente no estudo.

Entendendo que a agricultura familiar é na atualidade a principal referência do Governo brasileiro para o desenvolvimento rural, justifica-se a realização deste trabalho pela importância de se pesquisar um programa que contemple o tema supracitado. A realização de uma análise socioeconômica das ações do PRONAF foi fundamental, para compreensão da atual conjuntura do meio rural, possibilitando que o trabalho elaborasse algumas sugestões para este setor da economia nos próximos anos.

A contribuição de analisar a participação deste Programa governamental no desenvolvimento rural cearense extrapola o campo da mera observação e pretensiosamente situa-se na lógica de uma reflexão transformadora.

Espera-se que este material seja útil aos que historicamente foram alijados de uma participação digna na sociedade, no sentido de subsidiá-los teoricamente na elaboração de suas propostas.

O corpo da dissertação está dividido em cinco capítulos: no primeiro deles, este recorrido, procurou-se contextualizar o objeto de estudo, resgatando o processo de desenvolvimento rural brasileiro e situando o PRONAF como principal instrumento de política pública atualmente deste processo.

No capítulo seguinte, aprofundou-se a discussão conceitual de agricultura familiar, procurando preencher o vazio ainda não totalmente ocupado em torno desta temática.

No terceiro, o debate sobre as concepções de agricultura familiar auxiliou a tentativa de encontrar em qual delas o Governo Federal se norteou para a implementação do PRONAF.

A apresentação do Programa, está contemplada no quarto capítulo. Os antecedentes e a descrição do PRONAF fazem parte da composição desta etapa do trabalho.

A opção metodológica compõe o quinto capítulo. No sexto, foram analisados os dados coletados, fruto do trabalho de aplicação dos questionários e entrevistas realizadas no município de Acaraú-Ceará.

Por fim, fez-se uma análise conclusiva sobre o objeto de estudo da pesquisa, acompanhada de indicativos para novos estudos e sugestões para tomadas de decisões políticas referentes ao PRONAF. Apontou-se, ainda neste capítulo, as principais limitações encontradas pelo pesquisador no decorrer do trabalho.

1.1 Objetivo Geral

- Analisar as condições socioeconômicas dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Acaraú-Ceará.

1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as condições socioeconômicas dos beneficiários do Programa;
- determinar a participação do Programa na melhoria das condições para o aumento da capacidade produtiva dos agricultores familiares;
- verificar os níveis de geração de ocupações e de renda dos agricultores familiares; e
- investigar o nível de participação dos agricultores familiares na elaboração e acompanhamento das ações do Programa.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Análise para a Agricultura Familiar

Entendendo que, para compreender as contradições existentes no PRONAF, faz-se necessária uma discussão conceitual, procurou-se neste capítulo proceder a uma revisão do conceito de agricultura familiar no sentido de facilitar a interpretação deste Programa.

Nas duas últimas décadas, a ideologia do pensamento único vem dominando os vários setores da sociedade. Na academia, isto vem se tornando regra. A preocupação primordial nos projetos de pesquisa é encontrar de imediato a melhor metodologia para o alcance dos resultados. A discussão conceitual é corriqueiramente posta em segundo plano.

No campo político, esta observação é ainda mais enfática. Com o propósito de implementar suas ações – em especial as políticas públicas – técnicos e assessores governamentais se apossam de conceitos e terminologias (desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, orçamento participativo, reforma agrária e outros) que até passado recente eram utilizados principalmente nos discursos e materiais de leitura dos movimentos sociais.

No meio rural, a expressão agricultura familiar ganhou destaque. Apontada como principal linha estratégica para o desenvolvimento rural brasileiro, a agricultura familiar é exaltada e propagada como referencial para reverter o quadro de exclusão que historicamente persegue os trabalhadores rurais do País.

O que chama atenção é o “vazio” teórico desta proposta. GERMER (1995), em seu estudo sobre a “irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola”, alertava para o fato de que o conceito de agricultura familiar vem sendo utilizado com uma tinta ideológico, completamente destituído de um aprofundamento teórico. O termo familiar é manuseado constantemente para confrontar com a expressão patronal, criando-se uma suposição de embate entre as duas partes.

O caráter da diversidade, principal característica da agricultura familiar, é obscurecido por uma certa homogeneidade, sendo o vocábulo familiar tratado como mero detalhe superficial e descritivo.

LAMARCHE (1993), ao estudar a dinâmica da exploração familiar, inicialmente constata que, independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em menor ou maior grau, assegurada pela agricultura familiar, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção.

Entretanto, o mesmo autor sinaliza grande diversidade de situações: em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração no mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência. Há lugares onde ela é mantida e reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo o desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. Estas observações conduziram à seguinte conclusão: "... a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade" (LAMARCHE, 1993:14).

Neste estudo, que envolveu pesquisadores de vários países, entre eles o Brasil, claro fica que há diferenciações entre os modelos investigados. Identificou-se que enquanto na França o modelo aponta na direção de que todo produtor seja definido como de "empreendimento familiar" - ou seja, o objetivo é a realização de uma produção para o mercado, onde o trabalho permanece essencialmente familiar - em outros países, encontram-se exemplos em que agricultores familiares não teriam como finalidade essencial a reprodução como unidade de produção, mas a reprodução familiar (modelo familiar) ou simplesmente a sobrevivência da família (modelo de subsistência). Encontrou-se, ainda, os casos de produtores familiares cujo objetivo é de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para obtenção do lucro máximo (modelo empreendimento agrícola).

Encontrar um conceito universal que satisfaça esta diversidade contrairia uma lógica. Neste sentido, WANDERLEY (1996) aponta que a agricultura familiar é um

conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Porém, como conceito de análise, pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento.

Tendo como referência este conceito, a pesquisadora ressalta que todas as formas de exploração familiar não podem estar compreendidas em único modelo. No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar desprovido de sua diversidade é o mais recorrente entre os teóricos.

Na literatura especializada, a dificuldade conceitual é explícita. Encontram-se muito mais tipologias ou categorizações que buscam universalizar o conceito de agricultura familiar do que propriamente uma análise conceptual.

Vários são os pesquisadores que nos últimos anos vêm realizando este exercício. BERGAMASCO & KAGEYAMA (1991) elaboraram uma categorização tipológica para os estabelecimentos rurais do Brasil, estratificando-os por tipo de organização do trabalho. Como o Censo Agropecuário de 1980 utilizado na pesquisa não apresentava esta estratificação, esta procedeu-se através de aproximações. Os resultados apresentados indicam que 28% dos estabelecimentos são classificados como “Empresa não familiar” (dirigidos por administradores e que não utilizam trabalho familiar), 4,7% são considerados de “Empresa familiar” (que utilizam trabalho familiar e contratam força de trabalho externa), 23,2% se encontram na categoria “Familiar + temporário” (que utilizam trabalho familiar e contratam temporários) e, por fim, os 43,6% são “Famíliares puros” (que não contratam qualquer tipo de trabalho externo à família do produtor).

ABROMOWAY (1995) argumenta que estas aproximações comprometem uma quantificação rigorosa da agricultura familiar, e apresenta uma quantificação baseada nos volumes de trabalho familiar e contratado – em termos de tempo – procurando assim avaliar o peso social, econômico e territorial daqueles imóveis que se apóiam exclusiva ou principalmente nos laços familiares como base para a organização do trabalho, relativamente aos que usam de maneira preponderante ou exclusiva mão-de-obra assalariada.

Os resultados apresentados do trabalho coordenado por esse pesquisador para o Estado de São Paulo trazem a seguinte distribuição: 18,8% pertencem a chamada

“classe 4” (em que nenhum membro da família declarou trabalhar), 17,5% estão na “classe 3” (a quantidade de trabalho assalariado é superior à quantidade de trabalho familiar), 12,8% compõem a “classe 2” (estabelecimentos que recorrem ao trabalho assalariado, mas em proporção menor - medida em tempo - do que o trabalho familiar) e finalmente os 50,9% que se encontram na “classe 1” (que não recorrem a qualquer forma de trabalho assalariado, nem permanente, nem temporário).

VEIGA (1995) optou pela Renda Monetária Bruta do estabelecimento, medida em salários mínimos, como critério fundamental de estratificação em seu trabalho de categorização dos estabelecimentos rurais do Brasil. No estudo, o autor estabeleceu inicialmente uma divisória entre o que ele chamou de conjunto patronal e não patronal. Só foram considerados estabelecimentos não patronais aqueles que não empregavam trabalhadores assalariados permanentes e que não recorriam a mais de cinco trabalhadores temporários em algum mês.

Na pesquisa desse autor, a distribuição dos estabelecimentos com base em tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1985 apresentou os seguintes resultados: 31,5% dos estabelecimentos pertencem ao conjunto dos patronais (que contratam permanentes ou mais de cinco temporários em algum mês) e os outros 68,5% se encontram no conjunto dos não patronais. Estes foram distribuídos em três estratos: “familiar” (17,8%), com renda monetária bruta acima da média, “familiar de baixa renda” (16,5%), com renda monetária bruta situada entre a média e a mediana, e os de “subsistência e periféricos” (34,2%), com renda bruta abaixo da mediana.

ANJOS (1995) concebeu a existência de quatro categorias básicas de unidades familiares de produção em seu estudo intitulado: *A agricultura familiar: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*.

As tipologias descritas pelo autor foram assim apresentadas: (1) as explorações agrárias voltadas para o autoconsumo familiar (estes estabelecimentos corresponderam a aproximadamente a 12% das propriedades familiares e compreendiam um leque de situações que albergam em seu interior um traço fundamental: "o afastamento em relação ao mercado de produtos agropecuários"); (2) as explorações agrárias débeis, que eram os grupos domésticos impossibilitados de elevar a escala de produção e, em consequência, o montante do ingresso econômico agrícola (este conjunto de explorações compreendia aproximadamente 36% dos estabelecimentos); (3) as explorações agrárias

viáveis, que compreendiam 33% das unidades produtivas pesquisadas e eram unidades produtivas perfeitamente integradas aos mercados de produtos agrícolas, de tal sorte que a renda agrícola permite satisfazer as necessidades de consumo familiar, como também desenvolver um incipiente processo de acumulação, e a quarta e última categoria (que representava 19% do universo de estabelecimentos rurais do caso em estudo) era (4) as explorações agrárias viáveis inseridas no mercado de trabalho urbano-industrial, tratando-se, fundamentalmente, de explorações orientadas ao mercado de produtos agrícolas, envolvidas em poucas linhas agrícolas de produção.

Estes são apenas alguns dos exemplos de categorizações freqüentemente utilizadas para mostrar a representatividade da agricultura familiar no rural brasileiro.

PESSANHA (1995:34), ao estudar metodologias utilizadas por pesquisadores brasileiros para caracterizar a agricultura familiar, analisa "...os limites recorrentes nos estudos que adotam a unidade de produção como unidade social de análise", assumindo uma racionalidade puramente econômica.

Outros estudos, porém, não assumiram como prioridade a preocupação em quantificar a agricultura familiar.

Para GERMER (1996), é necessário inicialmente entender a dinâmica da estrutura de classes na agricultura dos países desenvolvidos, uma vez que a discussão "familiarista" hoje no Brasil pauta-se na agricultura destes países. De acordo com esse autor, a agricultura dos países capitalistas desenvolvidos é obviamente capitalista e, segundo a interpretação mais difundida das evidências disponíveis, apresenta-se como uma combinação de dois tipos de unidades produtivas, consideradas típicas, denominadas de "empresarial desenvolvida" e "empresa capitalista familiar/assalariada", ambas de grande porte e tecnologia avançada. As unidades aqui denominadas "empresariais desenvolvidas" têm sido, recentemente, rotuladas como "patronais", termo este adotado pelo relatório do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (1995/96).

Germer ressalta ainda que tanto o termo "patronal" quanto o "familiar" são teoricamente inadequados para compreender a dinâmica da agricultura num sistema capitalista, pois estas expressões são freqüentemente utilizadas para designar dois "modelos" de agricultura supostamente distintos, quando elas designam apenas dois

tipos diferentes de empresas, ambas com as concepções orientadas para obtenção de altas taxas de lucro.

GRAZIANO DA SILVA (1999), também fugindo da preocupação puramente quantitativa, discutiu uma tipologia para os produtores rurais encontrados no Brasil e reconheceu a grande diversificação. Esse estudioso, porém, procurou tipificá-los em três grandes grupos: os grandes proprietários e capitalistas agrários, as empresas familiares e os produtores camponeses.

Observa-se que, independentemente do propósito que as pesquisas sobre a agricultura familiar assumam, destaca-se a dificuldade dos pesquisadores em precisar um conceito sobre esta temática. Esta reflexão está em plena sintonia com a diversidade existente na agricultura familiar.

É comum encontrar entre os textos acadêmicos e governamentais diversas distorções conceituais, onde expressões como agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena produção vêm tratados como sinônimos.

WANDERLEY (1996) esclarece a diferenciação entre estes conceitos. Para isto, identifica dois objetivos básicos na agricultura camponesa: o atendimento às necessidades do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes. Da sua conjunção, resultam como características fundamentais a especificidade do sistema de produção camponês e a centralidade da construção do patrimônio familiar.

Ressalta ainda, a autora, três pontos que facilitam a compreensão da diferença entre os conceitos em estudo. Em primeiro lugar, a agricultura camponesa não se identifica simplesmente com uma agricultura de subsistência, entendida esta como outra forma de agricultura familiar. Há situações em que, por motivos históricos e sociais diversos, os agricultores podem organizar sua produção visando à sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. A constituição do patrimônio perde aqui sua força estruturadora. No sentido clássico do termo, estes agricultores não seriam propriamente camponeses.

Em segundo lugar, a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, freqüentemente, elementos positivos, com os quais a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução, presentes e futuras. Finalmente,

em terceiro lugar, faz-se necessário explicitar as relações entre agricultura camponesa e pequena produção. Em geral, a agricultura camponesa é pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas. Porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é sua dimensão que lhe determina a natureza e sim suas relações internas e externas.

No Brasil, a necessidade de justificar as políticas agrícolas e agrárias em vigor – em especial o PRONAF - vem-se obscurecendo a necessidade do debate conceitual. É de praxe encontrar entre os defensores da agricultura familiar dados que mostram a importância que teve este modelo no desenvolvimento da agricultura dos países desenvolvidos.

Poucos se preocupam em aprofundar teoricamente o assunto ou em responder perguntas como: o que vem a ser mesmo a agricultura familiar? Que concepção de agricultura familiar seria possível para incrementar nova dinâmica no desenvolvimento rural brasileiro? É possível precisar um conceito para a agricultura familiar? Estes questionamentos são considerados desnecessários, os modelos de desenvolvimento rural americano e europeu conseguem, através de suas estatísticas, justificar a opção por este modelo.

A partir desta lógica é que o PRONAF surge como principal ação de política pública para o setor rural brasileiro.

O Governo Federal, recorrendo ao relatório do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, procurou delimitar o universo da agricultura familiar no Brasil. A concepção básica que norteou este trabalho pautou-se nas relações sociais de produção. De acordo com este projeto, “a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1996:4).

Foi estabelecida no trabalho uma contraposição à agricultura familiar denominada de agricultura patronal. O universo familiar foi caracterizado como sendo os estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, as seguintes condições : a) a

direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado; e c) a área total do estabelecimento deveria ser menor ou igual à área máxima regional.

Baseado em dados do Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE e utilizando os critérios citados acima, o projeto FAO/INCRA estabeleceu através de tabulações especiais um perfil da agricultura brasileira, ressaltando a importância social e econômica da agricultura familiar e sua maior eficiência técnica-econômica em relação à forma patronal de produzir.

Segundo as tabulações elaboradas, existem no Brasil 4.339.053 estabelecimentos familiares, perfazendo um percentual de 74,8% dos estabelecimentos rurais e ocupando 22,2% da área total. Os 1.462.756 estabelecimentos patronais representam 25,2% do total de estabelecimentos que ocupam 77,8% da área total. Apesar desta desproporção em termos de área, a agricultura familiar é exaltada pela sua grande capacidade em absorver mão-de-obra, pela alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fonte de renda.

Estas referências apresentadas pela pesquisa do projeto FAO/INCRA (1996) são trazidas como justificativas da opção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em tornar a agricultura familiar o principal foco da política de teor agrícola do País.

PESSANHA (1995) questiona esta opção, pelo limite existente na “relativização do peso imposto aos valores familiares na produção, a ponto de qualificar uma forma de agricultura em contraposição à capitalista” (PESSANHA, 1995:33). Lembra a autora o reducionismo encontrado “nos estudos que adotam a unidade de produção como unidade social de análise ou que consideram como atores o que é inanimado (agricultura, unidade de produção), atribuindo, a partir de sua caracterização, sentidos às ações dos homens, isto é, os agentes sociais de fato”.

Portanto, ampliar o debate, desobstruindo a homogeneidade conceitual que se faz presente no discurso sobre a agricultura familiar, parece ser tarefa prioritária neste momento. A estrutura de classes no campo brasileiro, principal responsável por suas desigualdades, não pode ser obscurecida pelo raciocínio dualista e tipológico proposto no PRONAF.

2.2 Concepções de Agricultura Familiar: o que norteia as ações do PRONAF?

Neste capítulo, procurou-se estabelecer uma discussão sobre as concepções de agricultura familiar, tendo como objetivo identificar qual delas vem norteando as ações do PRONAF.

Atualmente, observa-se entre os estudiosos da questão agrária um intenso debate sobre os rumos que a agricultura familiar há de percorrer, inserida em um modo capitalista de produção. Entender esta contenda não é uma tarefa simples nem recente.

Mesmo apresentando uma série de compreensões diferentes, as várias correntes de pensamento que se dedicam ao estudo do campo assumem em determinados momentos interpretações em comum. A principal delas diz respeito ao à generalização progressiva do assalariamento, relação de produção específica do capitalismo.

LÊNIN (1899), no clássico estudo sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, sinalizava a tendência de extinção do campesinato. Isto seria resultado da própria dinâmica de diferenciação interna provocada pelas contradições típicas de sua inserção no mercado capitalista.

OLIVEIRA (1985) exemplifica esta situação: o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo. No ponto de chegada desta integração do camponês ao mercado capitalista, ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, ou seja, proletarizar-se-iam. Vários autores chamam este processo de “farmerização” do campesinato, ou seja, eles se tornariam *farmers* do tipo americano

KAUSTSKY (1899), em outro grande clássico da literatura especializada, denominado *A Questão Agrária*, concordava com Lênin sobre o futuro do campesinato e indicava a sua incapacidade de resistência à concorrência das grandes empresas agrícolas. OLIVEIRA (1985) também elucida este cenário: a proletarização do camponês seria dada pela dinâmica da modernização do latifúndio, via introdução de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifúndios, evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo. De certo modo, os interesses dos camponeses ricos (pequenos capitalistas) e dos

latifundiários (grandes capitalistas) estariam unificados, homogeneizados, e os camponeses pobres seriam transformados em trabalhadores assalariados a serviço do capital (industrial ou agrário). Na literatura especializada, este processo ficou conhecido como “modernização conservadora”, pois não se altera profundamente a estrutura social existente. Alguns estudos falam em “junkerização”, ou seja, processo de transição semelhante ao que ocorreu com os “junkers” prussianos no passado (OLIVEIRA, 1985).

Contra-pondo-se às conclusões de Lenin e Kaustsky, alguns autores buscavam explicar a sobrevivência de pequenas explorações agrícolas no capitalismo. Entre eles, destacam-se Alexander Chayanov, Henri Mendras, e posteriormente, Jerzy Tepicht.

Segundo ABROMOWAY (1992), esses pesquisadores procuram justamente aquilo que aos olhos marxistas pareceria um contra-senso: uma definição de campesinato cuja base é a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico.

Para CHAYANOV (1974), o modelo camponês define-se a partir dos seguintes princípios:

- há interrelação da organização da produção com as necessidades de consumo;
- o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o objetivo do trabalho familiar não é quantificável;
- são objetivos da produção de produzir valores de uso e não de troca.

TEPICHT (1973), ao estudar o modelo camponês, identificou três características básicas e universais a respeito do campesinato: unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e a família; uso intensivo de trabalho e a natureza patriarcal da organização social.

Outra contribuição importante advém de MENDRAS (1976). Para esse autor, o tipo ideal de sociedade camponesa define-se por cinco características:

- a autonomia relativa com respeito à sociedade como um todo;
- a importância estrutural do grupo doméstico;
- um sistema econômico de autarquia relativa;
- uma sociedade de interrelacionamentos;
- a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

A partir destas tipologias, corriqueiramente o modelo camponês foi vinculado à expressão agricultura familiar. A própria importância que a produção familiar assume neste modelo vem fundamentando esta confusão conceitual.

LAMARCHE (1993) elucida esta questão, observando que “toda exploração camponesa é familiar mas nem todas as explorações familiares são camponesas”.

Os estudos mais recentes, com destaque para o trabalho de WOORTMAN (1995) sobre os colonos do sul e sítiantes do nordeste, introduzem outras questões que até há pouco tempo pareciam ter assumido uma posição secundária na análise do campesinato. Para essa autora, o mundo camponês, como tema das Ciências Sociais, era dominado por sociólogos, economistas e historiadores, e a Antropologia do campesinato foi, em larga medida, influenciada por esta primazia. A ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico, como unidade de produção e de consumo, e eliminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa. A autora desenvolve em sua tese justamente a busca de compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco, concluindo que estas são de extrema importância para o entendimento da reprodução social do campesinato.

No Brasil, destacou-se neste debate o trabalho de ABROMOWAY (1992). Para esse pesquisador, “é excessivamente fácil mostrar que as “previsões” tanto de Lênin, como as de Kaustsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo (...). mais importante ainda é que se realizou algo que contraria inteiramente não só as previsões tanto as de Lênin e de Kaustsky, como as explicações que eles davam à sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar – tão decisiva no argumento de Kaustsky – mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu” (ABROMOWAY, 1992:23).

Foi inevitável a intensificação do debate. GERMER (1996), ao traduzir historicamente a influência de concepções da agricultura familiar no pensamento crítico brasileiro, explica que esta teve dois pontos de vista introduzidos no Brasil, obedecendo uma certa seqüência cronológica, a partir de 1970. O primeiro ponto de vista tinha uma

interpretação na tradição de Chayanov, que tendia a encarar a agricultura como espaço de uma produção familiar entendida a partir de uma organização produtiva dotada de uma lógica própria, e por isto capaz de resistir à transformação capitalista. A segunda linha de pensamento baseia-se em uma tradição originada nos Estados Unidos, na qual o produtor familiar é encarado como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista agressivo, representando o pequeno empreendedor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador.

Sobre essas teorias, é correto afirmar que "enquanto a linha que se baseava na tradição Chayanoviana consistia numa forma de resistência à transformação inovadora do capitalismo, a agricultura familiar de modelo norte-americano tem o interesse de promovê-la" (GERMER, 1996:1).

Um terceiro enfoque, este com caráter mais popular, vem subsidiando as reivindicações dos movimentos sociais no campo. Supõe-se a possibilidade de preservação dos pequenos produtores nos moldes de uma agricultura capitalista, desde que estes tenham um acompanhamento adequado das políticas agrícolas e agrárias no País. GERMER (1996) comenta que, de certa maneira, esta noção acolhe, de modo assistemático, aspectos de dois enfoques há pouco mencionados, pois ingenuamente associa os pequenos agricultores brasileiros à imagem chayanoviana do produtor familiar tradicional – com a qual eles se parecem no exterior – e a ela sobrepõe a imagem do moderno *farmer* norte-americano – que eles sonham ser.

GRAZIANO DA SILVA (1995), compartilhando esta linha de pensamento, argumenta “que são os segmentos de agricultura familiar mais fragilizados (...) constituídos fundamentalmente do que denominamos na tipologia de camponeses médios e ricos, que mais necessitam de políticas fortemente diferenciadas em relação aos produtores capitalistas e empresas familiares” (GRAZIANO DA SILVA, 1995:365).

No PRONAF, segundo o próprio contexto ora relatado, encontra-se uma explícita relação da concepção que norteia a política pública para o setor com o enfoque norte-americano de agricultura familiar.

Para CARNEIRO (1995), o PRONAF resgata as noções de produtividade e de rentabilidade crescente, típicas da modernização da agricultura. Ao estabelecer critérios

para a seleção do público-meta, ressalta-se o acesso às inovações tecnológicas e ao mercado.

Foram tipificados pelo projeto FAO/INCRA dois modelos de agricultura: a patronal e a familiar, determinando-se, para segunda, uma subdivisão cujo critério fundamental de diferenciação é a renda bruta do estabelecimento proveniente exclusivamente da agricultura. A subdivisão categórica resultante foi assim especificada: (1) agricultura familiar consolidada, entendida como estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas (a maioria funciona em padrões empresariais, alguns chegando até mesmo a integrar o chamado *agribusiness*); (2) a agricultura familiar de transição, composta por estabelecimentos com acesso apenas parcial aos circuitos de inovação tecnológica e do mercado, sem poder chegar à maioria das políticas governamentais e que não estão consolidados como empresa, mas possuem amplo potencial para sua viabilização econômica e, por fim, a agricultura familiar periférica, que apresenta estabelecimentos geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de fortes e bem-estruturados programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, comercialização, entre outros. Fruto desta tipificação, definiu-se como público-meta do Programa a agricultura familiar de transição, justamente por possuir em suas características “um amplo potencial de viabilização econômica” (Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1996:9). Tal opção resulta na exclusão de uma população de aproximadamente 11 milhões de pessoas que compõem as 2.330.000 unidades familiares classificadas como periféricas.

A noção de sustentabilidade que acompanha o Programa é também questionável. De acordo com CARNEIRO (1997), o Governo não enfatiza a necessidade de implementar (e pesquisar) tecnologias apropriadas à forma de exploração familiar que possibilitem a redução de custos monetários de produtos, como, por exemplo, os de qualidade natural, em um contexto de megamercados e de alta competitividade. Conclui a pesquisadora com os seguintes questionamentos: qual o limite desta tecnificação que, aplicada à unidade familiar de produção, produz um excedente de mão-de-obra que certamente alimentará o êxodo rural, tal como ocorreu nos países desenvolvidos? Que tecnologia aplicada à agricultura familiar permitiria

umentar a produção, numa situação limite da área de exploração, sem expulsar mão-de-obra? Tais questionamentos indicam a dificuldade em respaldar a “pretensão” governamental de romper com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação.

As observações citadas então expressas caracterizam o norte que orienta as ações do PRONAF: em primeiro lugar, a opção desse Programa pela concepção norte-americana de agricultura familiar, justificada pelo fato de este modelo de produção ser mais eficiente do que outros na agricultura, com menor custo social e estando em plena sintonia com a expansão do capitalismo. Esta opção acompanha a linha de raciocínio dos principais teóricos deste enfoque. Para eles, a agricultura familiar não pode ser encarada como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, “sua sobrevivência e expressão econômica são atribuídas precisamente à sua capacidade de acompanhar o desenvolvimento dos padrões técnicos e econômicos do sistema capitalista” (NIKOLITCH apud GERMER, 1995:2).

Em segundo lugar, pela própria lógica da concepção norte-americana que acompanha a ortodoxia liberal de inserção no mercado, o PRONAF pouco se diferencia em relação a políticas anteriores, questionadas pelo seu caráter produtivista, ou seja, “com ênfase na dimensão quantitativa do crescimento econômico em detrimento da dimensão qualitativa do bem-estar social” (CARNEIRO, 1997:4).

ALPHANDERY (1993:5) alerta para os efeitos que uma política baseada no modelo produtivista que construiu a “Europa Verde” podem acarretar para um país. Diz este estudioso: “... acompanhar a competitividade do mercado acarretou uma rápida queda dos preços dos produtos que em alguns casos, ficaram aquém do custo de produção. Para neutralizar os efeitos sociais negativos de tal crise, o governo francês foi obrigado a investir somas cada vez maiores no setor agrícola, desenvolvendo, de fato, uma política protecionista de alto custo social”.

No Brasil, a tradição de desamparo dos agricultores em situações de desorganização do mercado (superprodução, queda dos preços) convoca os assessores do PRONAF à reflexão.

É no mínimo preocupante expor os agricultores familiares à condições de instabilidades no mercado, perante a hegemonia das grandes empresas e dos grandes negócios agro-industriais. Neste sentido, (CARNEIRO, 1997:4) indica “que rever e

redirecionar a política de preço mínimo para a realidade dos agricultores familiares, transformando-a num instrumento de justiça social e de garantia de renda mínima para o agricultor constitui um dos grandes desafios do PRONAF”.

Por fim, a opção pela agricultura familiar chamada de transição - pela utilização de critérios puramente econômicos de eficiência e capacidade empresarial - em detrimento de unidades familiares ditas periféricas, reforça a marginalização e estigmatiza os agricultores pertencentes a estas unidades como sem aptidão de participar do desenvolvimento rural. As consequências desta preferência aprofundam o hiato entre as classes sociais no campo

2.3 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

2.3.1 Antecedentes

A partir dos anos 1980, a exigência de programas que contemplassem a agricultura familiar se fortaleceu, principalmente após a divulgação dos resultados do estudo elaborado pelo Banco Mundial sobre o padrão de desenvolvimento agrícola e agrário brasileiro. A referência utilizada para este trabalho foi o relatório nº 11738-BR, de 27 de maio de 1993, intitulado *Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais*.

A principal constatação desse relatório diz respeito à incapacidade do modelo de desenvolvimento rural, baseado na modernização da agricultura, de propiciar melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores rurais do Brasil. A realidade aponta que este modelo apenas intensificou o processo histórico de exclusão no campo brasileiro.

Em estudo do Banco Mundial, datado de novembro de 1994, apontam-se algumas soluções para reversão deste quadro. Duas considerações são relevantes: a primeira constitui-se em “(...) uma caracterização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e uma delimitação do público alvo das políticas

recomendadas”. A segunda consideração de destaque foi a indicação de “(...) um elenco de sugestões de medidas de política agrária e agrícola que engendrarão a opção pela agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural” (FAO/INCRA, 1994:1). No ano seguinte à divulgação do relatório do Projeto FAO/INCRA, o Governo brasileiro inicia a formulação do PRONAF, lançando-o oficialmente em 1996.

Outros fatores também são considerados relevantes na discussão a respeito da "nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil", materializada através do PRONAF. São eles: a) naquele momento, o movimento dos trabalhadores rurais reivindicava, através do episódio do Grito da Terra Brasil, promovido pela CONTAG, opções de crédito que permitissem o fortalecimento, reestruturação e/ou reconversão da agricultura familiar; b) o Governo brasileiro tentava recuperar a credibilidade internacional afetada à época pelos episódios da chacina do Pontal de Paranapanema, em São Paulo, e de Eldorado de Carajás, no Pará, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) havia deliberado em suas instâncias que o movimento deveria intensificar as ocupações de terra em todo o Brasil.

Este quadro de pressão dos movimentos populares foi elemento fundamental para que o Governo brasileiro apresentasse de imediato uma política para o campo. A institucionalização do PRONAF era a medida que mais repercutia entre as reivindicações dos movimentos dos trabalhadores rurais.

2.3.2 Objetivos e Características Operacionais do PRONAF

O PRONAF foi criado em 1995 como linha especial de crédito, incorporando, além do financiamento, ações globais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sua institucionalização só ocorreu um ano após sua criação, sendo regulamentado através de decreto presidencial de 28 de junho de 1996.

Como justificativa, o Programa baseia-se na “grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra que a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração



descontrolada na direção campo-cidade” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1995:20).

Seu manual operacional define como objetivo geral do Programa propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para seu alcance, determinou-se como objetivos específicos:

- a) Ajustar políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e da gestão social; e
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Segundo VILELA (1997), os beneficiários do Programa foram definidos a partir da caracterização dos tipos de produtores agrícolas no Brasil, elaborada pelo projeto FAO/INCRA. No interior do segmento “agricultura familiar”, foi estabelecida uma subdivisão categórica, resultando na seguinte classificação: a agricultura familiar consolidada, com 1.150.000 estabelecimentos; a agricultura familiar de transição, com 1.020.000 estabelecimentos; e a periférica, com 2.169.000 estabelecimentos. Foi seguida a recomendação do projeto FAO/INCRA, a respeito do “público-alvo” a ser atingido pelo Programa. “No diagnóstico deste plano a *modalidade de agricultura familiar de transição* emerge como aquela em que a porção mais significativa do esforço do PRONAF deve ser concentrada, dado o risco de os agricultores desta modalidade regredirem para o estado da agricultura familiar periférica...” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1995:29).

No PRONAF, os beneficiários são os agricultores familiares e suas organizações, que se caracterizam pelos seguintes critérios: explorar a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, atendendo simultaneamente como principal requisito a utilização do trabalho direto seu e de sua família, podendo ter em caráter complementar até 2 (dois) empregados permanentes e

recorrer à ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir, além de possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00.

Para o alcance de seus objetivos, o programa fundamenta-se basicamente em três linhas de ação:

- PRONAF CRÉDITO RURAL (Custeio e Investimento): esta linha está voltada para o apoio financeiro a produtores rurais, pescadores, aquicultores e seringueiros. Financia diversos itens de investimentos agropecuários (aquisição de máquinas, obras de irrigação, aquisição de animais, eletrificação rural, formação de lavouras permanentes etc.) e custeios agrícola e pecuário, isolado ou vinculado.

Segundo MATTEI (2001), modificações recentes segmentaram o público beneficiário do Programa em quatro grupos distintos: os estabilizados economicamente (grupo D), os com exploração intermediária mas com potencial de resposta produtiva (grupo C), os com baixa produção e pouco potencial de resposta produtiva (grupo B) e os assentados pelo processo de reforma agrária (grupo A).

Durante seu período de vigência, mudanças significativas vêm acontecendo nas condições operacionais desta linha de ação, principalmente no que tange às taxas de juros e às formas de pagamento. As novas regras motivaram grande contingente de agricultores a participar do Programa.

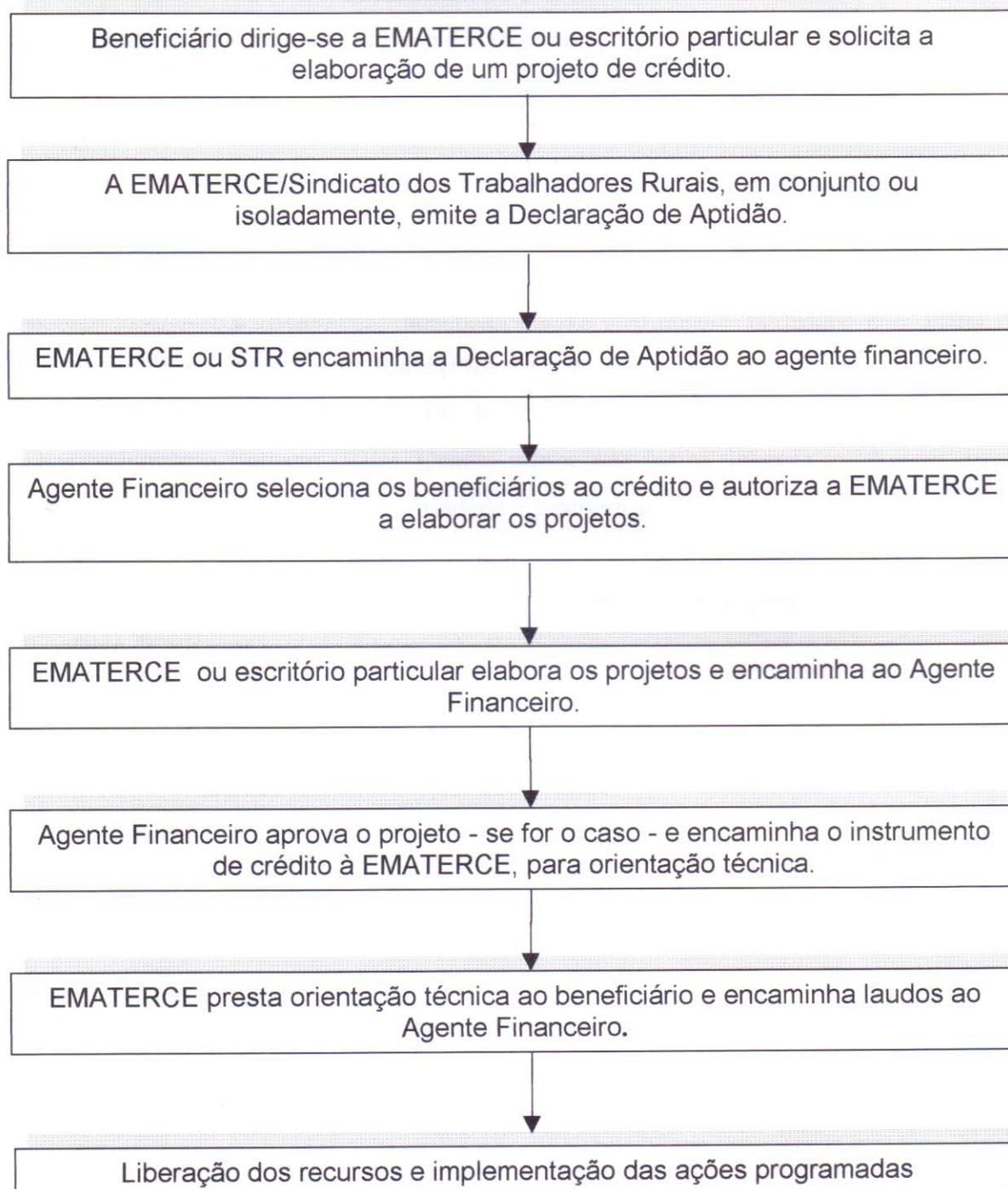
A evolução do Programa, em termos do número de contratos efetivados e do volume de recursos aplicados, é mostrada na TABELA 1 a seguir:

TABELA 1 - Número de contratos e volumes de recursos do PRONAF - Crédito Rural

Ano	N ^o de Contratos	Recursos (R\$)	Valor Médio (R\$)
1995	32.000	93.000.00,00	2.906,25
1996	332.828	649.795.910,00	1.952,30
1997	496.550	1.637.440.160,00	3.297,00
1998	709.906	1.814.972.000,00	2.556,60
1999	826.582	1.896.604.100,00	2.294,00
TOTAL	2.397.866	6.091.812.170,00	2.540,50

Fonte: MDA/SAF

A seqüência de passos que os pretendentes a beneficiários dos recursos das linhas de crédito devem seguir é ilustrada no fluxograma seguinte:



Fonte: Secretaria Executiva do PRONAF no Ceará.

FIGURA 1 - Fluxo operacional do crédito rural

- PRONAF INFRA-ESTRUTURA: esta linha de ação¹ direciona-se a municípios previamente selecionados, sendo credenciados a receber recursos que visem a melhorias da rede de infra-estrutura dos municípios.

A obtenção dos recursos de infra-estrutura e serviços nos municípios apresenta a exigência da constituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Esse colegiado deve contar com representantes do Poder público, Legislativo e da sociedade civil, com a participação mínima de 50% de agricultores familiares e de entidades parceiras que serão responsáveis pela apresentação das demandas e pelo acompanhamento e fiscalização dos recursos. O instrumento norteador é o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) elaborado pelo CMDR.

Um dos principais critérios de seleção dos municípios é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto menor este índice, maiores as chances de participação do município. Outra prioridade é a participação do município no programa Comunidade Solidária.

A TABELA 2 apresenta a evolução do número de municípios selecionados e o montante de recursos tornado disponível pelo Programa:

TABELA 2 - Recursos Aplicados, Número de município beneficiados do PRONAF - Infra-Estrutura e Serviços -1997 - 2001

Ano	Nº de Municípios	Valor (R\$)
1997	461	63.532.310,00
1998	712	85.923.033,00
1999	1006	150.340.678,00
2000	987	1.151.865.251,00
2001	1506	1.170.311.480,00
TOTAL		2.623.972.752,00

Fonte: MDA/SAF

O caminho a ser percorrido pelos municípios interessados nesta linha de financiamento do PRONAF é demonstrado pelo fluxograma a seguir:

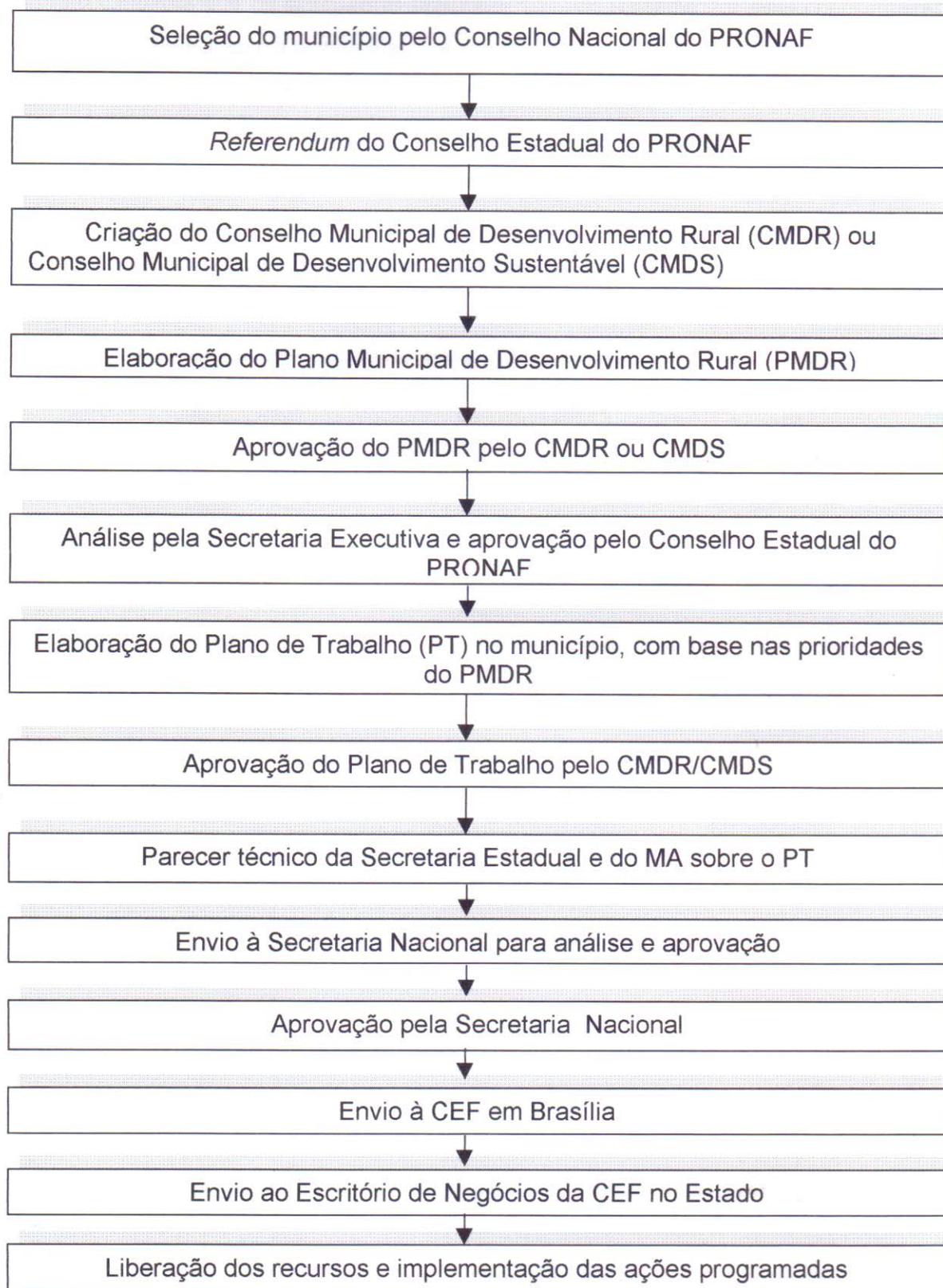


FIGURA 2 - Fluxo operacional do PRONAF infra-estrutura e serviços

necessidades que os agricultores familiares têm em potencializar seus conhecimentos, habilidades e acesso a tecnologias que incrementem a produção.

Os cursos devem ser demandados pelo PMDR's e, na maioria das vezes, são executados pelas EMATER's.

Segundo VILELA (1997), os recursos do Programa serão resultados de articulações com outros programas, tais como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Comunidade Solidária. Outras principais fontes de recursos são o Tesouro Nacional e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além das contrapartidas dos estados, municípios e organizações privadas dos agricultores familiares.



3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

3.1.1 O Município

O ambiente de estudo deste trabalho foi o Município de Acaraú, localizado no norte do Estado do Ceará e que ocupa uma área geográfica de 839,2 km². Segundo o Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE, 2000), sua população estimada em 1999 foi de 45.239, dos quais 24.214 (53,52%) residiam em área urbana e 21.025 (46,48%) na zona rural.

O Produto Interno Bruto (PIB) total do Município em 1997 foi de R\$ 50.580.000,00, correspondendo a 0,29% sobre o PIB estadual, enquanto o PIB *per capita* neste mesmo ano foi de R\$ 1.116,00.

As principais vocações econômicas são: agricultura (caju sequeiro, caju irrigado, mandioca sequeiro, mandioca irrigada, manga, coco sequeiro, coco irrigado melão/melancia irrigados); a agroindústria (fabricação de conservas de caju, fabricação sucos de caju); extrativismo vegetal (carnaúba); carcinicultura marinha e pesca artesanal.

Sua estrutura fundiária, a exemplo do Estado, é extremamente concentrada. As grandes propriedades, que representam 1,6% dos imóveis do Município, ocupam 20,6% da área total, enquanto os minifúndios, que representam 67,73% dos imóveis, ocupam apenas 16,08% da área total.

O Município encontra-se entre os 60 (sessenta) piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, sendo por isto contemplado com recursos do PRONAF Infra-Estrutura.

3.1.2 Os Assentamentos

A opção por fazer a relação dos assentamentos para o estudo em detrimento dos agricultores familiares individualmente é justificada pelos dados referentes a alocação dos recursos no Município. Segundo a EMATERCE (2001), os assentados beneficiaram-se com o percentual de mais de 80% dos recursos aplicados em Acaraú.

No geral, os assentamentos estudados apresentaram-se bastante homogêneos em suas características.

Todos fazem parte do Programa de Reforma Agrária Solidária. Neste, os beneficiários recebem recursos destinados à habitação rural, eletrificação rural, ao setor produtivo e infra-estrutura. São aqui apresentados os projetos financiados (anexo A) por este Programa, a fim de demonstrar a existência de outros fatores intervenientes que exercem influência no objetivo final desta pesquisa.

Foram 7 (sete) os assentamentos estudados no trabalho. Alguns fazem parte da experiência-piloto do Programa citado, sendo maior seu período de vigência. Estão inclusas nesta situação a Associação Comunitária Boa Esperança Lagoa do Carneiro, Associação Comunitária do Córrego da Ana Veríssimo e a Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros. As outras comunidades do estudo fazem parte do que passou a ser conhecido como Programa Cédula da Terra. Pertencem a esta experiência e fizeram parte da pesquisa a Associação Comunitária dos Moradores de Cachorro Seco e Cotias, Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe, Associação Comunitária dos Moradores de Imburanas e a Associação Comunitária dos Moradores de Almécegas Velha.

Em média os assentamentos possuem uma área de aproximadamente 240ha, dos quais 38,2ha são utilizados com culturas permanentes, com predominância das culturas do coco e do caju, e 25,3ha com culturas temporárias, predominantemente mandioca e milho.

Há uma padronização na estrutura das casas dos assentados. Isto ocorre pelo fato de os recursos destinados à construção de habitações rurais do programa reforma agrária solidária apresentarem um valor homogêneo de aproximadamente R\$ 2000,00/família. As casas são de alvenaria e têm normalmente 5 (cinco) cômodos,

assim distribuídos: 1 sala, 2 quartos, 1 cozinha e 1 banheiro. Em sua maioria os assentamentos possuem eletrificação, porém são desprovidos de água encanada.

As propriedades apresentam localização privilegiada com vias de acesso em excelente estado de manutenção. Distanciam-se em média de 15 km da Sede do Município, facilitando a comercialização e o acesso dos assentados aos serviços básicos (saúde, educação, bancos etc.) do Município.

Os recursos do PRONAF, na sua maioria, foram destinados para o custeio da produção. Em média, os recursos no ano de 1999 tiveram um valor aproximado de R\$ 8.000,00 e de R\$ 13.000,00 em 2000. Os projetos são apresentados coletivamente, porém o valor financiado é dividido igualmente e utilizado individualmente pelos beneficiários.

Os recursos voltados para investimento são utilizados nas atividades coletivas de produção e benfeitorias dos assentamentos. Vale ressaltar que as áreas coletivas ocupam o maior percentual da área total destas propriedades.

3.1.3 O CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável)

Ao contrário do resto do País, o Ceará é o único estado que não possui CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural). Com exceção de poucos municípios, as responsabilidades exercidas por esse Conselho foram assumidas por um modelo de administração conhecido por CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável) que, segundo seus idealizadores, extrapola a discussão específica do rural e se apresenta como uma estrutura de representação, articulação, orientação, acompanhamento e de mobilização da municipalidade, em busca de desenvolvimento sustentado e compartilhado.

Seus principais objetivos são: construir democraticamente uma visão de futuro para o Município; fortalecer e desenvolver formas de participação da municipalidade junto à Gestão municipal e estadual e implementar uma mentalidade de planejamento e de ação integrada entre administração e população com vistas ao desenvolvimento auto-sustentável do Município.

Sua composição deve conter representantes dos diversos segmentos sociais, tais como prefeitura, vereadores, outros conselhos, entidades representativas, além de outros segmentos significativos (comerciantes, professores, estudantes, religiosos etc.)

No município em estudo, o Conselho existe há 5 (cinco) anos. Segundo seus membros, no primeiro ano de funcionamento, houve um grande entusiasmo, proporcionando resultados consideráveis aos seus objetivos.

Entretanto, para estes mesmos conselheiros, atualmente o Conselho assumiu um caráter puramente formal, funcionando apenas como captador de recursos federais.

Em Acaraú, o CMDS não possui sede própria e não há registro de reuniões nos últimos cinco meses. A última atividade que envolveu grande parte dos conselheiros foi o curso de Capacitação em Gestão Social promovido pela Secretaria Estadual do PRONAF. O curso, apesar de ter obtido uma avaliação positiva, não conseguiu motivar os participantes do Conselho a assumirem suas funções no Município.

A participação do CMDS na elaboração do PMDR (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural) e PT (Plano de Trabalho) – documentos fundamentais na liberação dos recursos do PRONAF Infra-estrutura e Serviços – foi considerada pelos atores envolvidos nesta elaboração como não significativa.

Em relação ao propósito do programa de envolver os agricultores familiares nas decisões de aplicação dos recursos, é preocupante a representação destes trabalhadores no Conselho. De acordo com os seus representantes, a representação dos agricultores familiares não chega a atingir a percentagem de 50%, acirrando a disputa pelos recursos com outras categorias no Município.

3.2 Natureza dos Dados

Na parte prática de coleta de dados, foi realizada inicialmente uma documentação indireta que abrangeu a pesquisa documental e bibliográfica. A utilização da literatura especializada sobre a agricultura familiar e os documentos oficiais do PRONAF foram os textos mais recorrentes. Dentre as instituições que tiveram seus documentos consultados nesta etapa do trabalho, destacam-se a Secretaria de

Desenvolvimento Rural (SDR), o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATER-CE).

Paralelamente a esta etapa, iniciou-se o trabalho de documentação direta. A princípio, utilizou-se técnicas de observação no sentido de obter informações de determinados aspectos da realidade estudada. Contatos iniciais com alguns assentamentos constituintes da pesquisa foram fundamentais na compreensão de como se processava a relação dos beneficiários com o PRONAF. A participação em reuniões do CMDS e do Conselho Estadual do PRONAF também auxiliaram na interpretação dos dados.

Ainda nesta fase, exercitou-se a técnica da observação participante que como diz RUDIO (1971), é uma técnica que conduz não apenas a ver, mas a examinar o efeito de estudo e seus sujeitos. Não se trata somente de entender mas de auscultar. Este exercício deu-se especificamente com os conselheiros do CMDS do Município em estudo. A oportunidade surgiu a partir do curso de Capacitação em Gestão Social para os conselheiros do CMDS de 27 municípios do Estado - entre eles Acaraú - beneficiados com os recursos do PRONAF - Infra-Estrutura e Serviços. Este ensejo apresentou-se como de grande valia no transcorrer do trabalho, uma vez que facilitou o entendimento da lógica que cada um dos conselheiros assumia perante o desenvolvimento rural e a percepção da dinâmica de funcionamento do Conselho e expectativas dos membros do Colegiado em relação ao Programa.

Outra técnica de observação direta intensiva utilizada na pesquisa foi a entrevista. O modelo da pesquisa do IBASE (anexo B) foi adotado como roteiro básico. Foram entrevistados os principais atores do Programa: seus beneficiários, representantes do movimento de trabalhadores rurais, membros do CMDS, representantes da Secretaria Estadual do PRONAF, técnicos da EMATERCE e agentes financiadores.

No trabalho de observação direta extensiva, foram empregados questionários (anexo C). Na estruturação dos questionamentos, elaborou-se de perguntas fechadas e abertas. Mesmo ciente da dificuldade de tabulação das perguntas abertas, estas foram as preferenciais, pois o pesquisador entendeu que o conteúdo das informações colhidas neste tipo de pergunta apresenta maior consistência e amplia a capacidade de análise dos dados da pesquisa.

3.3 Delimitação do Universo

Dois públicos diferenciados fizeram parte da amostra: a) os beneficiários da linha de crédito (investimento e custeio) do PRONAF A, caracterizados como agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo PROCERA (R\$ 7.500,00). A opção pelos agricultores familiares do PRONAF A é justificada pela atenção especial que o Governo federal vem depositando nestes agricultores. Grande contingente dos recursos do Programa foi destinado a este público. Segundo técnicos da EMATERCE de Acaraú, 85% dos beneficiários da linha de crédito rural do PRONAF fazem parte dos assentamentos do Programa Reforma Agrária Solidária; b) para a análise do nível de participação dos agricultores familiares na elaboração e acompanhamento das ações do Programa, recorreu-se aos conselheiros do CMDS responsáveis pela apresentação das demandas do Município e pelo acompanhamento e fiscalização dos recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços.

3.4 Tamanho da Amostra e Tipo de Amostragem

Dos 11 (onze) assentamentos do Programa Reforma Agrária Solidária beneficiados pelo PRONAF no Município, foram escolhidos 7 (sete) para a pesquisa empírica, responsáveis segundo a EMATER-CE, pela captação de 72% dos recursos aplicados em Acaraú.

Em consequência da homogeneidade presente na caracterização dos assentamentos (número de famílias, tamanho da área, tipo de atividade etc.), definiu-se que o tamanho da amostra seria de 25% dos beneficiários por assentamento, valor comprovadamente representativo para o objetivo do trabalho.

O tipo de amostragem utilizada foi a aleatória simples. Como tratava-se de populações finitas e homogêneas, este tipo de amostragem satisfaz as necessidades da pesquisa.

3.5 Métodos de Análise

A pesquisa utilizou o método de abordagem descritivo, na medida em que buscou caracterizar de forma geral a situação do PRONAF no Município de Acaraú. Ao adotar esta opção para o seu desenvolvimento, o trabalho identificou-se com o raciocínio de RUDIO (1986), cujo estudo sobre procedimentos metodológicos de pesquisa relata que “a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Estudando o fenômeno, a pesquisa descritiva deseja conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam” (RUDIO, 1986:56-57).

Para apresentação dos dados, recorreu-se à representação gráfica, com a utilização de percentuais na quantificação das variáveis.

Como método de procedimento, buscou-se valimento no estudo de caso auxiliado de recursos estatísticos em determinadas etapas da pesquisa. Mesmo compreendendo as limitações de representatividade de um estudo particular, entende-se que, ao se optar por este procedimento, ter-se-ia a oportunidade de mensurar com acurácia a complexidade existente no tema proposto do trabalho. A intenção de adotar o estudo de caso como recurso na investigação teve a finalidade de que este funcionasse “apenas como ponto de partida para uma análise que busque o estabelecimento de relações sociais mais amplas de um determinado objeto” (FRANCO, p. 37. mimeo).

3.6 Tratamento Estatístico

Como a pesquisa teve um caráter descritivo e não experimental, basicamente, o recurso estatístico utilizado foi a média, uma vez que se tinha o interesse de obter uma medida de posição que apresentasse a maior estabilidade possível na análise dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa do trabalho, foram utilizadas as duas principais linhas de ação do Programa para viabilizar a discussão. Recorreu-se inicialmente ao PRONAF - crédito rural (custeio e investimento)², no sentido de caracterizar socioeconomicamente os beneficiários do Programa, determinar a participação deste na melhoria das condições para o aumento da capacidade produtiva e analisar o grau de geração de ocupação e renda. Num segundo momento, ao investigar o nível de participação dos agricultores familiares na elaboração e acompanhamento das ações do Programa, o referencial de análise foi o PRONAF - Infra-estrutura e Serviços³.

4.1 Caracterização Socioeconômica

4.1.1 Caracterização dos Beneficiários

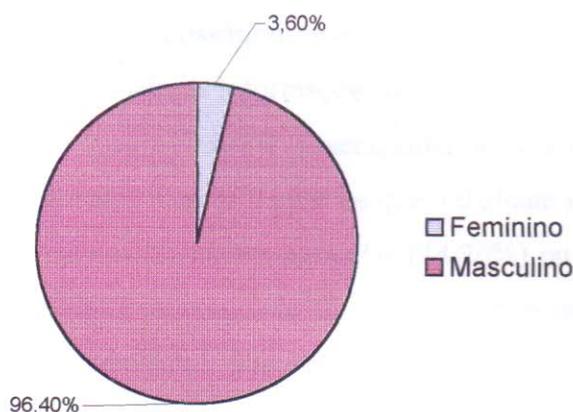
Ao serem perguntados sobre a renda adquirida anualmente após serem beneficiados com os recursos do PRONAF, constatou-se que a renda média anual obtida foi de R\$ 610,00, perfazendo um valor médio de R\$ 50,00/mês, bem abaixo do salário mínimo estabelecido no País. A princípio pode-se admitir que estes valores irrisórios à sobrevivência humana encontrados na pesquisa entram em contradição com uma série de observações - volume de recursos alocados nos assentamentos, projetos produtivos

² Na coleta de dados no campo, foram apurados 28 questionários, perfazendo uma média de 4 questionários/assentamento aplicados em sete dos onze assentamentos do Programa Reforma Agrária Solidária que possuem atualmente 102 famílias assentadas/beneficiadas pelo PRONAF. Segundo o escritório da EMATERCE de Acaraú, até julho de 2001, 72% dos recursos do PRONAF tinham sido aplicados nesses assentamentos, o que reforça a representatividade para a análise focalizada.

³ Nesta parte do trabalho, investigou-se o alcance do objetivo central do Programa, que previa o "protagonismo dos agricultores familiares no planejamento, implantação e avaliação de projetos de caráter municipal e comunitário". Para analisar o desempenho desta linha de ação, recorreu-se à observação participante e a entrevistas com os principais atores envolvidos no financiamento de infra-estrutura e serviços do Município de Acaraú.

em andamento, participação direta de outros estabelecimentos dos beneficiários no orçamento familiar - contidas neste trabalho. Entretanto, acredita-se que as informações encontrados podem ser explicadas pelo fato de a pesquisa não haver estabelecido nenhum cálculo para a renda dos beneficiários, baseando-se os valores nas respostas do valor em dinheiro adquirido no ano em estudo pelos agricultores.

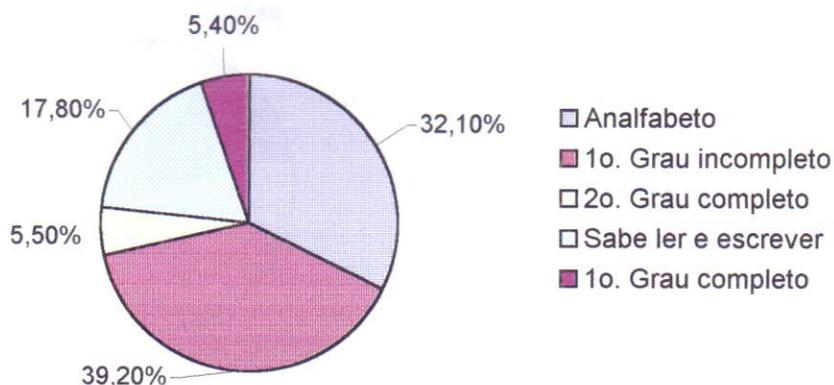
Como ilustrado no GRÁFICO 1 os beneficiários são na sua grande maioria pessoas do sexo masculino, tornando a participação feminina insignificante. Como as relações de desigualdades entre gêneros na zona rural são bastantes expressivas e a figura do homem ainda é predominante como chefe de família, pode-se deduzir que estes dados são consequência desta realidade.



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 1 – Caracterização dos beneficiários – sexo.

Com base nas informações obtidas no GRÁFICO 2 sobre a escolaridade dos beneficiários do PRONAF, verifica-se que os dados acompanham os índices desfavoráveis da educação brasileira: 49,9% deste público são analfabetos ou pessoas que apenas sabem e ler e escrever. Aqueles que têm o 1º grau completo correspondem a 39,2% do total. A precocidade nas atividades de trabalho para auxiliar no orçamento familiar e a escassez de uma estrutura educacional que incentive a continuidade dos estudos podem ser consideradas as principais causas do quadro apresentado.

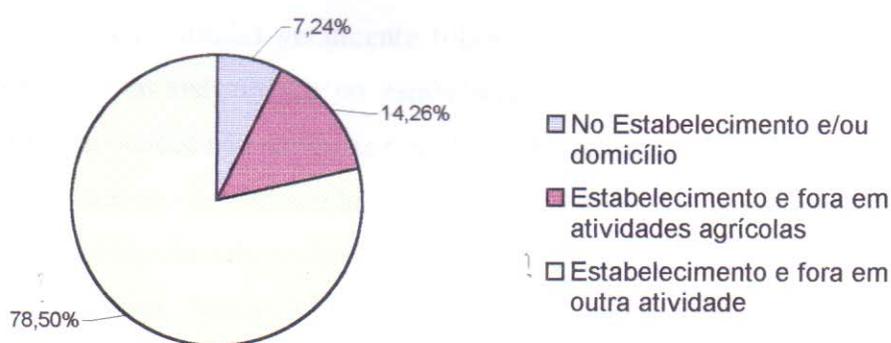


Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 2 – Caracterização dos beneficiários – grau de instrução

O GRÁFICO 3 a seguir possibilita que se visualize melhor a ocupação dos beneficiários do Programa. Segundo as informações coletadas todos os beneficiários do Programa trabalham, sendo que a maioria desempenha suas atividades no próprio estabelecimento (78,5%). Acrescentam-se a estes os que trabalham no estabelecimento e exercem atividades fora, seja em atividades agrícolas (14,26%) ou em outras (7,24%); este último percentual revela a necessidade de uma reflexão sobre o avanço das atividades não agrícolas no meio rural. Supostamente em função da renda oriunda das atividades agrícolas não conseguirem mais suprir as necessidades dos trabalhadores rurais, identificam-se que outras atividades desenvolvidas pelos agricultores no sentido de complementar o orçamento familiar. Por outro lado, questiona-se a contribuição do Programa no incentivo dado aos agricultores familiares para que estes permaneçam exercendo a atividade agrícola sem a necessidade de sobrecarregar suas horas de trabalho com outras atividades.

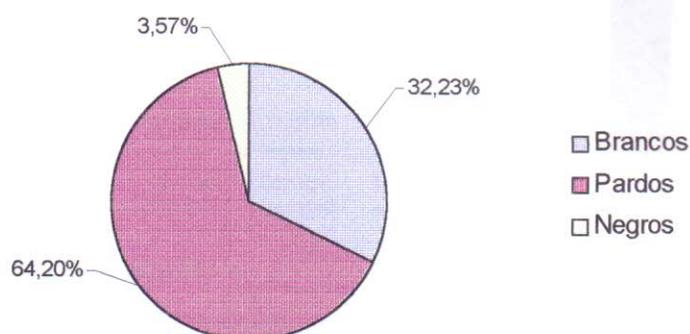
Em geral, os principais tomadores de crédito se encontram numa faixa etária de 30 a 60 anos (81,9%), com destaque para os que têm mais de 40 anos (49,8%). Os que se encontram na faixa entre 30-39 anos representam um percentual de 32,1% do total.



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 3 – Ocupação dos beneficiários

Os dados mostrados no GRÁFICO 4 indicam ser relevante o percentual de pessoas pardas beneficiadas pelo PRONAF, 64,2%. Somam-se a estes os 32,1% de brancos e o irrisório percentual de 3,57% de negros. Se num primeiro momento identifica-se discriminação racial entre os beneficiários, por outro justifica-se estes percentuais pela representação da população negra no Município.



Fonte: Dados primários

GRÁFICO 4 – Caracterização dos beneficiários - cor

4.1.2 Caracterização da Família dos Beneficiários

Entre as famílias, observa-se o acréscimo do percentual de pardos (73,4%) e a diminuição do contingente de negros (1,39%). Na relação de parentesco com o

beneficiário, são encontradas geralmente filhos (54,5%) e cônjuges (17,4%). Destes, 50,3% trabalham exclusivamente no estabelecimento, 35,9% não trabalham e 9,5% desempenham atividades não agrícolas fora do estabelecimento.

Alarmante são os dados educacionais. O GRÁFICO 5 mostra que 92,5% dos componentes familiares não completaram o ensino fundamental, sendo que, destes, 28,4% são analfabetos. Apenas 2,9% conseguiram completar o segundo grau. Portanto, ao contrário do propagandeado, o quadro de descaso relativo à educação rural é uma realidade que não se desfez nesta última década, de sorte que, intervir na reversão deste quadro, impedindo a proliferação do trabalho infantil nas atividades financiadas pelo PRONAF, deve ser uma das preocupações prioritárias do Programa.



Fonte: Dados da pesquisa

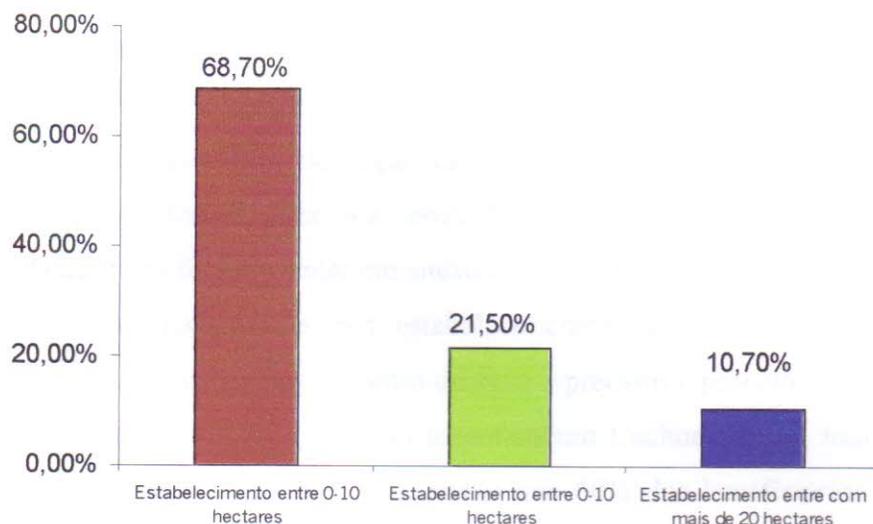
GRÁFICO 5 – Grau de instrução da família do beneficiário

4.1.3 Caracterização dos Estabelecimentos

Como citado no capítulo anterior, os estabelecimentos objeto desta pesquisa são assentamentos beneficiados com recursos do PRONAF e pertencentes ao Programa Reforma Agrária Solidária que possuem área média de aproximadamente 240ha. Os projetos financiados são destinados às atividades coletivas, entretanto os recursos normalmente são distribuídos individualmente no assentamento. Cada assentado possui

participação nos projetos coletivos, porém cada um deles possui áreas onde são desenvolvidas atividades individuais de produção.

Observa-se a partir do GRÁFICO 6 que maioria das áreas individuais encontra-se numa faixa de 0-10 ha, perfazendo um percentual de 67,8%, com uma média sobre o total de 7,4 ha.



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 6 – Caracterização dos estabelecimentos – área individual

Entre os beneficiários, 32,1% possuem outro estabelecimento, tendo estes participação direta no orçamento familiar. Como os assentamentos em estudo fazem parte do Programa Reforma Agrária Solidária, este dado surpreende, pois um dos critérios básicos deste Programa é o desprovidimento de terras por parte dos seus beneficiados.

A agricultura é a principal atividade desenvolvida nos assentamentos, sendo apontada por todos os beneficiários do Programa. Destacam-se entre as respostas múltiplas ainda o extrativismo (71,4%), a pecuária (53,5%) e as atividades não agrícolas que têm participação de 7,14% entre os principais ramos de atividades.

Atualmente 60% dos beneficiários se utilizam de tração mecânica. Os tratores com seus implementos (roçadeira, grade, debulhadeira etc.) pertencem à Associação.

É importante observar que nesses assentamentos a origem dos recursos não é exclusivamente do PRONAF. Algumas benfeitorias e equipamentos encontrados nestes estabelecimentos tiveram origem de outras ações(anexo D).

Considerando que o Programa Reforma Agrária Solidária é ressaltado como uma das políticas públicas de maior êxito do Governo Fernando Henrique, entende-se o porquê destes assentamentos terem prioridade no financiamento de recursos de outros programas. Adotando sugestões metodológicas que indicam a impossibilidade de análise de um programa sem levar em consideração seu caráter holístico e inserido num projeto político, teve-se a preocupação na pesquisa de mostrar que outros programas exerceram ações intervenientes nos resultados alcançados pelo PRONAF. Uma das medidas da pesquisa foi apresentar em anexo os recursos oriundos de outras fontes.

As casas encontradas nos estabelecimentos são padronizadas. O material utilizado é de alvenaria, o abastecimento de água é precário e provém principalmente de poços (72%). Com exceção apenas do assentamento Cachorro Seco, todos os demais possuem serviço de eletrificação rural, sendo que 60% dos beneficiários já possuíam serviços de abastecimento de energia antes de entrar no assentamento.

Constatou-se a preocupação de alguns beneficiários com as medidas do “apagão” tomadas pelo Governo Federal. Como os projetos de eletrificação rural tinham como um dos seus propósitos viabilizar os sistemas de irrigação dos assentamentos, a maioria teve que reduzir suas funções em razão das metas de consumo de energia estabelecidas para estas localidades.

4.1.4 Caracterização do Financiamento

A principal atividade financiada pelo PRONAF no Município foi a agricultura, com destaque para a produção coletiva de coco. Ressalva-se, novamente, que, apesar de os recursos serem direcionados para as atividades coletivas, em sua maioria, as associações optam por destinar apenas um determinado percentual para estas atividades, de modo que grande parte dos recursos é distribuída individualmente entre os

assentados que os utilizam na produção de subsistência (feijão, milho e mandioca). Em média, o valor financiado é de R\$ 546,00/assentado.

Apesar de não ser uma orientação do Programa, observa-se que na prática o PRONAF A - responsável pela alocação dos recursos nos assentamentos de reforma agrária - entra em contradição com os propósitos de incentivo à organização coletiva nos assentamentos, descaracterizando uma das lógicas da reforma agrária que abole a propriedade privada.

Os técnicos da EMATERCE e associações tiveram participação decisiva no repasse das informações sobre o PRONAF aos assentados. A EMATERCE também cumpriu importante papel na elaboração do projeto exigido para a aprovação do financiamento. A entidade, citada por 80% dos entrevistados, evitou que os agricultores recorressem aos escritórios particulares credenciados para elaboração de projetos, ação esta que repercutiu na redução dos custos para quase a totalidade dos beneficiários.

Apesar de 65% dos beneficiários terem citado alguma forma de participação quando da elaboração do projeto - a maioria se restringiu a participar das reuniões da associação para esclarecimento do Programa - 25% deles não sabiam informar qual tinha sido o valor do financiamento adquirido.

Cerca de 42% dos entrevistados desconhecem suas obrigações de pagamento do financiamento, o restante restringe-se a conhecimentos superficiais sobre suas obrigações. Estas informações sinalizam que o desconhecimento dos beneficiários do PRONAF referente aos prazos de pagamentos estabelecidos podem ecoar negativamente sobre o quadro de inadimplência do Programa.

As principais dificuldades encontradas pelos beneficiários quando solicitaram o financiamento foram a burocracia bancária e a demora na liberação do dinheiro após a aprovação do projeto.

Quase a totalidade dos beneficiários vem pagando em dia os empréstimos solicitados. Entretanto, 70% destes tiveram alguma dificuldade para executar o pagamento. Os principais empecilhos encontrados foram a baixa produção e, principalmente, a queda dos preços dos produtos. Muitos comentaram que tiveram que se desfazer de outras atividades⁴ para efetuar o pagamento do empréstimo.

⁴ Entenda-se a venda do gado utilizado no consumo diário de leite; outros tiveram que se desfazer do feijão e do milho armazenado para o consumo familiar.

Atualmente, o PRONAF é apontado como a principal fonte de crédito dos agricultores, sendo que 60% dos entrevistados apontaram a colaboração do Programa na viabilização do crédito. Neste sentido, é expressiva também a participação do Projeto São José, lembrado na pesquisa por 28% dos beneficiários.

Mesmo com as dificuldades apresentadas, 67% dos entrevistados pretendem pedir outro financiamento ao PRONAF, pois só enxergam a possibilidade de investir um pouco mais na propriedade e dar continuidade ao trabalho de viabilizarem uma nova solicitação. Pode-se explicar esta credibilidade do Programa pelo fato de hoje não existir outra fonte de crédito com taxas de juros tão favoráveis ao financiamento. Outros 23% não pretendem mais pedir outro empréstimo, principalmente pela baixa dos preços dos principais produtos existentes nos assentamentos.

4.2 Análise das Melhorias das Condições para o Aumento da Capacidade Produtiva

Além das questões já trabalhadas há pouco referentes às condições de financiamento e caracterização dos estabelecimentos, a pesquisa baseou-se em outros fatores para a análise deste bloco.

4.2.1 Assistência Técnica

Quando perguntados sobre este item, 97% dos beneficiários responderam que, após a chegada ao assentamento, receberam alguma espécie de assistência técnica. É unanimidade vincular esta assistência à EMATERCE. O IDACE (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará) foi outra instituição lembrada pelos entrevistados, provavelmente pelo fato de os assentamentos pertencerem ao Projeto Cédula da Terra.

Recebi assistência técnica da EMATERCE, a gente conversa, quando a gente precisa eles sempre ajudam, quando precisa eles dão apoio (assentado – Curral velho).

Recebi dos técnicos da EMATERCE e do IDACE. Eles davam curso e iam para o campo com a gente (assentado – Almecegas).

✕ As principais orientações foram referentes à prática de adubação, pulverização e combate a pragas de cajueiros e coqueiro. Nas respostas, ficou explícito que as orientações direcionaram-se ao consumo dos "pacotes" tecnológicos da conhecida "Revolução Verde". Esta observação deixa clara a opção do Programa por tecnologias que historicamente contribuíram para a exclusão dos trabalhadores rurais brasileiros. É preocupante ainda neste sentido, que o caráter da sustentabilidade tão ressaltado pelo PRONAF não tenha sido resguardado, uma vez que concretamente as tecnologias recorrentes da modernização da agricultura caracterizam-se justamente pelo agravamento das questões ambientais. ✕

Na assistência técnica da EMATERCE, ensina a pulverizar os cajueiros, agora o cajueiro produz com 1 ano (assentado – Lagoa do Carneiro).

A assistência técnica da EMATERCE, orienta na irrigação e adubação de coqueiros. Com os cursos e a orientação melhorou muito porque mostra como adubar, irrigar, coisa que não sabíamos (assentado – São Felipe).

É importante salientar que apenas 3,5% dos beneficiários relacionam a assistência técnica recebida ao PRONAF, indicando que esses trabalhadores desconhecem os próprios direitos referentes às ações do Programa⁵. A grande maioria dos beneficiários compartilha a idéia de que a assistência técnica prestada vem contribuindo para o aumento da produção.

Observou-se que os assentados condicionam este serviço às visitas esporádicas dos técnicos da EMATERCE aos assentamentos. Na prática, é estabelecida uma confusão com os serviços de rotina que a EMATERCE executava antes do financiamento do PRONAF.

Pode-se assim justificar que a incredulidade do PRONAF perante os serviços de assistência técnica provém do desconhecimento dos beneficiários em relação às ações o programa.

⁵ A EMATERCE é financiada com recursos do PRONAF, para viabilizar a elaboração dos projetos e acompanhar tecnicamente suas ações.

4.2.2 Capacitação

Muitas respostas que diziam respeito às perguntas sobre capacitação confundiam-se com o serviço de assistência técnica. Talvez em função disto, 85% dos beneficiários tenham respondido positivamente à indagação de que haviam recebido alguma capacitação após o financiamento. Abre-se, a partir desta observação, um debate referente aos serviços prestados pelas instituições responsáveis pela assistência técnica (EMATERCE) e capacitações (IDACE, CVT's, SEBRAE etc.). Consta-se pelas respostas dos beneficiários que essas instituições encontram-se despreparadas para atender as necessidades das demandas que lhes são oferecidas para o trabalho. Portanto, um processo de reciclagem dos seus quadros urge como extremamente necessário neste momento para recuperar a credibilidade dos técnicos envolvidos nestes serviços perante as comunidades.

Outras observações reforçam a confusão estabelecida pelos serviços de assistência técnica e capacitação. Um dos exemplos é a EMATERCE figurar mais uma vez como a instituição que mais contribuiu na execução das capacitações ministradas nos assentamentos. Ressalva-se que os técnicos da EMATERCE não confirmaram esta informação, reforçando o raciocínio de que as respostas tiveram intensa relação com o item assistência técnica. O SEBRAE foi outra instituição lembrada por alguns assentados como executora de alguns cursos.

As atividades de capacitação foram direcionadas principalmente para os tratos culturais do coqueiro (adubação e irrigação). Na avaliação dos que participaram das capacitações, cerca de 80% responderam que foi insignificante a contribuição destas, no setor produtivo.

Nós fizemos um curso bem maneirinho para plantar coqueiro, foi o SEBRAE que deu, eu não tô bem lembrado, não ajudou nada não, não serviu não (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

4.2.3 Tratos Culturais

Ao serem perguntados sobre modificações na forma de plantar após o financiamento do PRONAF, 75% dos beneficiários responderam positivamente a esta indagação. Os outros 25% dos beneficiários não modificaram a sua forma de plantar. As mudanças ocorreram principalmente em função do aumento da área disponível e pelo sentimento de posse da terra assumido pelos assentados, levando a maioria a investir na produção.

Houve muita melhora, antigamente não tinha aonde plantar... antes não usava adubo porque não tinha condições e plantava na terra alheia (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

Antes brocava, queimava e plantava, atualmente como tem muita terra não precisa brocar e queimar, hoje boto adubo antes não botava não (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

Mudou, no modo de plantar, mais porque agora planto a minha terra, antes plantava na terra de terceiros (assentado – São Felipe).

Como pode-se observar, não existe incompatibilidade entre a concepção de agricultura familiar embutida no Programa e o aparato tecnológico da “modernização da agricultura”. A preocupação imediata é o aumento da produtividade para o alcance de uma eficiente inserção no mercado.

Destaca-se novamente o fato de que a opção dos agricultores familiares do PRONAF em utilizar grande quantidade de insumos na produção não se restringe às orientações técnicas proporcionadas pelo Programa pois, a importância de ser o “dono da terra” também impulsionou este consumo, uma vez que o sentimento de posse aponta uma perspectiva de continuidade do trabalho, fato que não ocorria quando os agricultores submetiam-se a trabalhar em terras alheias.

A utilização de tração mecânica é outro importante componente nas modificações ocorridas nos tratos culturais que os agricultores familiares do PRONAF passaram a adotar após o a chegada do Programa. Ressalta-se que a EMATERCE foi a entidade citada como a grande incentivadora sobre mudanças na condução do plantio.

Mudou devido ao uso do arador (...) fica mais fácil plantar e os técnicos dão muitas idéias de como plantar melhor e há mais pulverização. Acho que hoje é mais fácil (assentado – Lagoa do Carneiro).

Nesta discussão, constata-se mais uma vez que as ações do PRONAF e do Programa Reforma Agrária Solidária encontram-se imbricadas, reforçando a impossibilidade de análise do PRONAF sem que se estabeleça uma discussão sobre a interveniência de outros programas que atuam no local de estudo.

4.2.4 Produção e Comercialização

Após o financiamento do PRONAF, 60,1% dos beneficiários indicaram que a produção não alcançou o objetivo esperado. As principais causas apontadas foram o atraso do dinheiro do Programa, o que dificultou o preparo da terra (adubação) e o plantio na hora exata.

Esperava mais, deixei de plantar na hora certa e perdi muito com isso, também faltou recurso para comprar o adubo (assentado – Almecegas).

Não, faltou condições de investir, fazer o terreno, saiu tarde o dinheiro do PRONAF, faltou dinheiro para pagar o trabalhador (assentado – Lagoa do Carneiro).

Foi ainda citada como entrave à produção a escassez de chuva no período de plantio.

Esperava mais, porque uma parte foi plantada cedo, colhi mais. A que eu plantei por último eu colhi mais pouco porque faltou chuva (assentado – São Felipe).

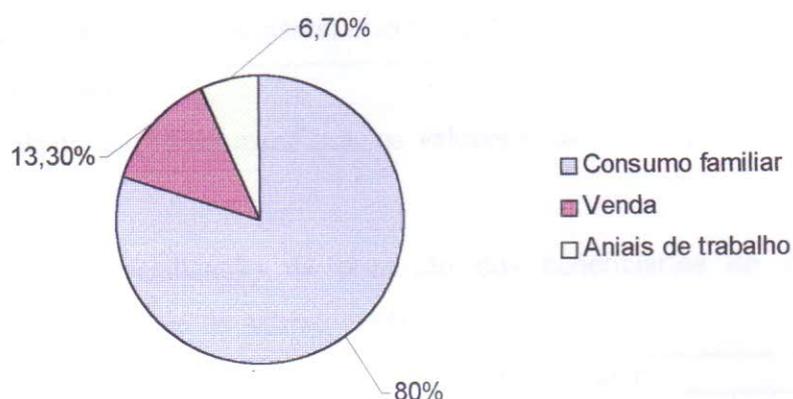
Esperava maior produção, mais foi menor devido a falta de chuva (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

É fácil perceber contradições nestas informações, visto que, entre a minoria satisfeita com a produção, o bom inverno é apontado como propulsor dos bons resultados alcançados na produção por estes agricultores.

Era a que estava esperando, o inverno ajudou (assentado – Curral velho).

Era a produção esperada, porque a gente já tem base da produção quando é usado o esterco ou não. Nós não usamos e sabíamos que ia dar essa produção, a chuva também ajudou (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

De acordo com o ramo de atividade, a produção assume determinada finalidade. Entre os que trabalham com pecuária e extrativismo, basicamente o destino dos produtos destas atividades é o consumo familiar, assumindo percentuais de 80% e 95%, respectivamente (GRÁFICO 7).



Fonte: Dados primários

GRÁFICO 7 – Finalidade da produção – pecuária

Na agricultura, estes valores se invertem, pois grande parte da produção tem como destino a comercialização (TABELA 3).

A maioria dos beneficiários, a exemplo do que acontece com os pequenos produtores do País, vêm na comercialização a principal dificuldade dos que optam pela atividade agrícola. Em grande parte, as vendas destes agricultores são intermediadas, reduzindo a margem de lucro da produção (TABELA 4).

TABELA 3 - Produção média dos principais produtos e destino da produção dos agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF no Município de Acaraú - 2001

Principais Produtos	Produção Média (kg/beneficiário)	Destino da Produção (Kg)		
		Venda	C.Familiar	Propriedade (Semente e Animal)
Feijão	346,2	192	146	8,2
Mandioca*	7700	169	94,2	40,8
Milho	357	100	153	124
Coco (atividade coletiva)	3,9t/ assentamento	3800	100	—

Fonte: Dados da pesquisa.

* No destino da produção da mandioca, os valores estão convertidos para farinha de mandioca.

TABELA 4 - Comercialização da produção dos beneficiários do PRONAF no Município de Acaraú - 2001

Produto	Principal Comprador		
	Intermediário (%)	Direto no Mercado (%)	Outros (%)
Feijão	66,6	33,3	—
Milho	50	40	10
Mandioca	50	31,8	18,2
Coco	100	—	—

Fonte: Dados da pesquisa

4.3 Verificação dos Níveis de Geração de Ocupações e de Renda

4.3.1 Geração de Ocupações

Antes do PRONAF, em sua a grande maioria, beneficiários desempenhavam as tarefas sozinhos ou recebiam ajuda de alguns membros familiares. Esporadicamente,

contratavam o serviço de terceiros. Muitos agricultores, em resposta à falta de recursos para a contratação de trabalhadores, recorriam à troca das diárias entre os trabalhadores da comunidade a que pertenciam.

Antes trabalhava eu e meus filhos, lá um dia ou outro a gente chamava alguém para limpar... (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

Antes eu trabalhava sozinho era comum a gente trocar diária entre a gente... (assentado – São Felipe).

Antes trabalhava eu e meus dois irmãos, as vezes chamava alguém na época do plantio e da colheita... (assentado – Tucunzeiros).

A partir dos resultados obtidos com a amostra no tocante ao número de pessoas ocupadas no estabelecimento após o financiamento, observou-se que 60% dos beneficiários responderam que não ocorreram modificações em relação ao passado na contratação de trabalhadores. Predomina ainda entre os beneficiários a prática de troca de diárias.

Hoje continua eu e meu filho mais velho que me ajuda e eu continuo trocando diária (assentado – São Felipe).

Atualmente só trabalha eu e minha mulher nunca contratei ninguém, as vezes eu troco diária com um amigo (assentado – Tucunzeiros).

Os que se posicionaram como geradores de alguma forma de ocupação após o financiamento optaram principalmente pela contratação de assalariados temporários, sendo estes contratados em períodos de maior exigência de mão-de-obra, especificamente na época do plantio e da colheita.

Hoje eu pago, às vezes quando está com muito trabalho a gente contrata de dois a três trabalhadores por um tempo (assentado – Almecegas)

Agora as vezes a gente bota dois ou três trabalhadores temporários quando tem condições de pagar, além dos filhos (assentado – Lagoa do Carneiro).

Outro motivo que levou os beneficiários a contratarem alguns trabalhadores foi o aumento da área de plantio

A área de plantio é maior e tem mais serviço por isto tive que contratar mais gente (assentado – Tucunzeiros).

Fica evidenciado pelos depoimentos coletados que a participação do PRONAF é irrisória no compromisso da geração de ocupações. A pouca contribuição referente à contratação de assalariados temporários é questionada pelas condições de desprovisionamento, por parte dos trabalhadores, das mínimas garantias trabalhistas nestas contratações. Por outro lado, pode-se encontrar justificativas do predomínio desta forma de ocupação nos estabelecimentos, no fato de em maioria, operações serem voltadas para o custeio agrícola.

Indagados se o financiamento evitou que os trabalhadores deixassem a atividade rural, 65% afirmaram que o Programa teve alguma participação neste sentido, evitando o agravamento do êxodo do homem do campo para a cidade. Provavelmente esta informação seja produto do aumento do número de horas de trabalho a que os assentados submeteram-se em decorrência do aumento da área e dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades.

Esta observação sugere que o Programa vem proporcionando aos agricultores familiares a possibilidade de manterem-se na atividade rural.

Com o financiamento diminuiu a ida do povo para a cidade, o povo se interessou mais pelo trabalho (assentado – São Felipe).

Eu acho que evitou que saíssem, mesmo quando entrou pegaram no dinheiro e se acalmaram, antes as pessoas estavam pensando em sair (assentado – São Felipe).

4.3.2 Geração de Renda

No que se refere à renda dos agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF em Acaraú, 71% dos entrevistados acreditam que ela aumentou depois do financiamento.

As principais causas deste resultado satisfatório, relatadas pelos agricultores, foram o aumento da produção, o acesso ao dinheiro da associação (crédito) e, principalmente, o fato de estarem plantando no seu espaço, eliminando a condição de arrendatários a que eram submetidos.

Aumentou a renda porque de vez em quando a gente recebe dinheiro da associação, dos programas aumentou por causa disso (assentado – Almecegas).

A renda aumentou porque não pago mais renda do chão e da casa de farinha (assentado – Tucunzeiros).

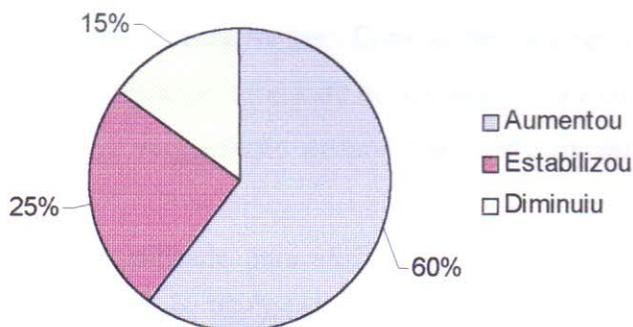
Aumentou, porque é mais coisa que a gente planta, aí pode tirar um pouquinho dali outro dacolá. Antes a gente não fazia nada (assentado – São Felipe).

Observou-se que este aumento da renda indicado pelos beneficiários é questionável, visto que a credibilidade pelo êxito do acréscimo da renda é simplesmente relacionada com o fornecimento do crédito, ou seja a liberação dos recursos proporciona aos beneficiários a sensação do aumento da renda pela condição destes terem o crédito em mão. Ao financiamento do PRONAF não se atribuiu a responsabilidade de geração de renda após a liberação dos recursos, objetivo proposto pelo Programa.

A posse da terra, citada como importante fator de elevação da renda, não é resultado das ações do PRONAF. Ressaltamos, mais uma vez que outros programas atuam diretamente sobre os principais atores envolvidos na pesquisa.

4.3.3 O Desempenho das Vendas

O GRÁFICO 8 ilustra que de maneira semelhante à análise das condições da renda dos trabalhadores beneficiados pelo PRONAF, as vendas dos principais produtos dos assentamentos aumentaram, segundo os agricultores em 60% depois do financiamento; 25% acreditam que elas estabilizaram, sendo que 15% acham que elas diminuíram.



Fonte: Dados da pesquisa

GRÁFICO 8 – Variação nas vendas após o PRONAF

Destaca-se novamente nas respostas dos beneficiários a importância da posse da terra, refletida no não-pagamento da renda ao proprietário e conseqüente aumento das vendas pela disponibilidade de mais mercadorias. Portanto, a credibilidade do aumento das vendas constatada na pesquisa acompanha o mesmo raciocínio da discussão referente à geração de renda, ou seja, o PRONAF como ação isolada vem alcançando resultados inexpressivos no que se refere a estes objetivos.

As vendas também aumentaram devido termos agora o produto que antes pagávamos para o arrendamento da terra (assentado – São Felipe).

Vendia menos porque pagava a renda para o proprietário da terra aonde morava (assentado – Lagoa do Carneiro).

Ao mesmo tempo em que foram encontrados relatos no trabalho de campo sobre o aumento das vendas, teve-se uma maioria de depoimentos que mostravam a insatisfação dos beneficiários referente à queda dos preços:

Aumentou. Antes era pouco pois produzia menos, minha área era de 1 ha agora é de 3 ha, aumentou a venda mais diminuiu o dinheiro (assentado – Córrego da Ana Veríssimo).

A venda tá melhor mas antes era melhor o preço era mais alto, tinha menos farinha amarela e a farinha branca saía mais. Hoje a produção de farinha amarela cresceu e o preço caiu (assentado – Almecegas).

Ao que tudo indica, o acréscimo nas vendas foi resultado da maior área disponível hoje para o plantio e decorrente aumento da produção e produtividade. Pela lógica do mercado, enquanto houve demanda suficiente para esta produção, os preços se

mantinham acima do ponto de equilíbrio e os agricultores conseguiam conservar as principais atividades nos assentamentos. Com o deslocamento da curva de oferta decorrente do estímulo à principal atividade do assentamento e conseqüente redução dos preços, observou-se uma insatisfação generalizada entre os agricultores beneficiados pelo Programa .

O último tópico utilizado para analisar os impactos deste bloco foi a opinião dos beneficiários a respeito do PRONAF. 65% disseram que o PRONAF é um bom programa, porém foram apresentadas pelos beneficiários algumas dificuldades com as quais julgam se defrontar. Entre as respostas múltiplas, destacaram-se: a instabilidade do mercado, o retardamento na liberação do financiamento e as formas de pagamento apresentadas pelo Programa.

A principal sugestão apontada seria uma reorientação dos investimentos do programa em outras atividades que não seja a agricultura.

É um bom programa, mas eu queria um investimento em animais e fruticultura (assentado – Almecegas).

Tem que investir na criação de camarão a agricultura não dá mais nada não (assentado – Lagoa do Carneiro).

A dificuldade do PRONAF, ele ajuda, a nossa atividade é que não ajuda tem que investir em gado, os homens dizem que só sai para a agricultura (assentado – Almecegas).

4.3.4 Avaliação da Qualidade de Vida

A qualidade de vida dos agricultores e de sua família foi avaliada por 95% dos beneficiários entrevistados como apresentando melhorias significativas, com destaque para a moradia e educação, pois a maioria dos assentamentos possui escolas próprias facilitando o acesso das crianças ao ensino fundamental.

No que se refere à qualidade da alimentação e à saúde, a avaliação apresentou resultados intermediários, sendo esta última uma das principais reivindicações entre os assentados.

Chama atenção o fato de que nenhuma das respostas sobre as melhorias na qualidade de vida tenham feito referência ao PRONAF. Provavelmente, isto ocorreu pelo fato dos beneficiários não dominarem os reais propósitos do Programa. O desconhecimento de seus objetivos parece ser uma regra entre estes agricultores familiares.

Um dado que aponta certa contradição com as informações referentes à qualidade de vida diz respeito à pretensão dos beneficiários quanto à permanência dos seus filhos no desenvolvimento da atividade rural. Quase 60% responderam que não pretendem que os filhos continuem nesta atividade, justificando que a atividade rural não colabora mais com o futuro de ninguém. O desejo é que os filhos concluam seus estudos e busquem outra atividade.

Supõe-se que as mudanças observadas na qualidade de vida dos beneficiários não foi capaz de superar a atração que os agricultores possuem pelas ocupações urbanas. Cabe ressaltar que este comportamento resulta do fato de que nas últimas décadas, a renda oriunda das atividades urbanas apresentou uma superioridade em relação à renda das atividades agrícola, alimentando no imaginário dos agricultores a expectativa de melhores dias nas grandes metrópoles.

Nós aqui só tem isso, mas eu queria que eles estudassem se formassem, não queria que eles sofressem na roça como eu, a gente sofre, a gente fica porque não tem outra opção (assentado – Tucunzeiros).

Eu pretendia outra coisa pra eles, pois aqui é meio fraco, na atividade rural não dá, sabendo ler ganha mais, a atividade rural é perca de tempo, tem que procurar coisa melhor (assentado – São Felipe).

Não pretendo que fiquem aqui, porque acho uma atividade muito fraca, sem lucro. Estudar e ir para frente, aqui não tem meio de vida (assentado – Almecegas).

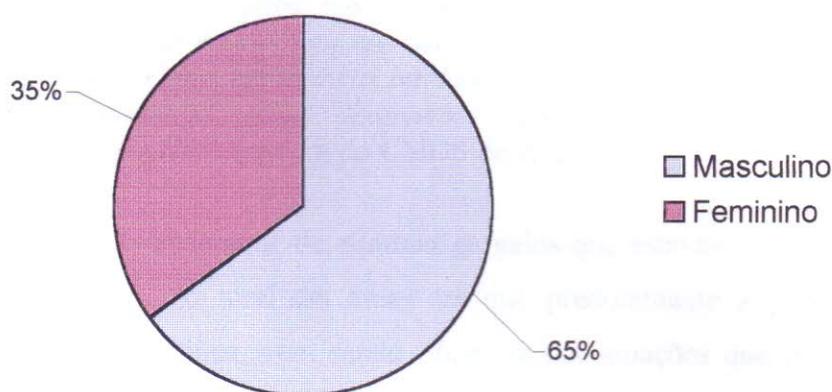
Nas respostas sobre o maior desejo que os beneficiários possuíam para si e sua família, destaca-se a ambição da permanência dos próprios na atividade rural.

Se no primeiro momento são detectados conflitos entre este desejo e a pretensão dos beneficiários de que os filhos desenvolvam outra atividade que não seja a rural, num outro, pode-se explicar esta situação como sendo conjuntural. Como nos últimos anos a conjuntura apresenta-se desfavorável à prática rural, deduz-se que o termo pretensão é neste comenos antagônica ao vocábulo desejo.

4.4 A Participação dos Agricultores Familiares na Elaboração e Acompanhamento do PRONAF

4.4.1 Caracterização dos Conselheiros

São vinte os conselheiros que fazem parte do CMDS de Acaraú, sendo que 65% deles pertencem ao sexo masculino (GRÁFICO 9).



Fonte: Governo do Estado do Ceará

GRÁFICO 9 – Caracterização dos conselheiros - sexo

O maior número de conselheiros - cerca de 80% - se encontra numa faixa etária superior a 40 anos. Segundo a Secretaria de Governo do Estado, no Município de Acaraú são várias as ocupações exercidas pelos conselheiros. A ocupação agricultor familiar é a que apresenta o maior registro, representando um percentual de 40%.

Apesar da considerável representatividade no Conselho, os agricultores familiares não conseguem suplantar a representação urbana. Para muitos, esta condição vem repercutindo negativamente no encaminhamento de algumas decisões, especificamente no que diz respeito à alocação dos recursos.

4.4.2 Níveis de Participação dos Conselheiros nas Decisões do PRONAF

O nível atual de estruturação do CMDS do Município de Acaraú não se diferencia da maioria desses conselhos do Estado. Seu caráter de atuação é de mero repassador dos recursos federais entre eles os aprovados pelo PRONAF.

O conselho tem dificuldade de se reunir, o conselho não tem assim reuniões marcadas fixas, é uma grande dificuldade porque a gente só se reúne quando tem algum interesse de um membro ou alguma classe, então convocam a gente e aí a gente se reúne só com o objetivo de atender aquele projeto ou aqueles projetos, nós não nos reunimos para tratar dos assuntos do município. Por exemplo eu não sei das atividades do conselho, eu acho que o conselho está assim meio bitolado a prefeitura, acho que nós não estamos caminhando como deveríamos caminhar, autônomos, nós não temos autonomia (conselheira do CMDS de Acaraú).

A idéia inicial do Programa, de eliminar gargalos que estavam retardando ou impedindo o desenvolvimento rural em áreas em que predominasse a presença de agricultores familiares, na prática, vem sendo ofuscada por atuações que reforçam a intervenção do poder local constituído. Este comportamento ficou conhecido nos relatórios oficiais como “prefeiturização” dos conselhos.

Eu ingressei como membro do conselho a convite do ex-prefeito João Jaime Filho, o conselho foi formado e ele me convidou ... ação social é que as vezes nos dá notícia do que foi aprovado, porque a prefeitura geralmente eles tem interesse sobre o projeto e aí eles trazem as notícias pra gente (conselheira do CMDS de Acaraú).

Os membros do Conselho quando indagados sobre que papel deveriam assumir e desempenhar no colegiado, assumiram grande desconhecimento sobre estas funções.

Tal situação tem favorecido a descaracterização dos conselhos, repercutindo diretamente no grau de participação das diversas categorias, particularmente dos conselheiros agricultores familiares.

Foram vários os relatos que afirmavam que a participação dos integrantes do conselho em suas atividades restringia-se a aspectos puramente formais com destaque para: assinatura de atas de reunião e referendo e encaminhamento de projetos.

Entre os depoimentos coletados, ficou evidenciada a ausência de conselheiros do procedimento de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e do Plano de Trabalho do Município, documentos fundamentais no fluxo operacional do Programa e exigidos para que o Município seja contemplado com o financiamento do PRONAF Infra-estrutura e serviços.

Com exceção de apenas um conselheiro – apontado constantemente pelos companheiros como centralizador das informações – os demais componentes mostraram-se alheios ao responderem sobre que conhecimentos ou informações possuíam a respeito das obras executadas no Município pelo PRONAF.

Acompanhamento mesmo não acontece, como eu já lhe falei a gente assina o projeto, aprova e pede o retorno das pessoas que geralmente não voltam (conselheira do CMDS de Acaraú).

Eu tenho a memória muito ruim, sei que tem alguns, que eu conheço de fato assim no momento eu não me recordo, inclusive tinha uma câmara frigorífica que era para sair ano passado para várias comunidades, não sei por que não saiu (conselheira do CMDS de Acaraú).

Todos concordam que existe grande distância entre a atual estrutura do Conselho e o propósito central do Programa de tornar a sociedade civil mobilizadora e reguladora de suas atividades no Município.

Estes fatores talvez expliquem a desconfiança dos agricultores familiares de Acaraú no que respeita à real possibilidade do PRONAF fortalecer a atuação destes agricultores através de uma gestão participativa.

4.4.3 Resultados da Participação dos Conselheiros

Nos últimos quatro anos, esta linha de ação selecionou 60 municípios. Os critérios básicos utilizados foram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a participação do município no Programa Comunidade Solidária. Seu desempenho pode ser observado na TABELA 5 a seguir.

TABELA 5 - Apoio à infra-estrutura municipal no Estado do Ceará PRONAF – infra-estrutura e serviços período 1997/1999

Ano	Recursos Programados			Recursos Liberados		
	Federal (PRONAF)	Municipal (CONTRAP)	Total	Federal (PRONAF)	Municipal (CONTRAP)	Total
1997	3.174.007,98	208.004,59	3.382.012,57	2.974.486,94	192.040,39	3.166.527,33
1998	3.511.592,47	263.104,79	3.774.697,26	2.527.409,19	177.140,03	2.704.549,22
1999	8.385.642,58	435.728,07	8.821.370,65	—	—	—
Total	15.071.243,03	906.837,45	15.978.080,48	5.501.896,13	369.180,42	5.871.076,55

Fonte: SDR do Ceará

No Estado, as principais obras consolidadas tiveram contribuição direta no combate à seca, citam-se: a construção de adutoras, ampliação de açudes, captação e distribuição de água, construção de açudes e bueiros, perfurações de poços profundos e portos artesianos.

O município de Acaraú foi selecionado a partir do ano de 1997, entretanto o primeiro financiamento concretizou-se apenas em 1999. Foram liberados pelo PRONAF R\$ 142.778,00, tendo como contrapartida municipal o valor de R\$ 34.201,00, perfazendo um total de R\$ 176.979,00.

Entre as obras em execução, destacam-se a construção de bueiros e aterros, a instalação de adutoras e a recuperação de estradas e de câmaras frigoríficas.

5 CONCLUSÕES, SUGESTÕES, LIMITAÇÕES

5.1 Conclusões

As conclusões deste trabalho estão implícitas e diluídas no curso de todo o seu texto. Neste capítulo, procurou-se realizar uma análise conclusiva com ênfase nos objetivos propostos na pesquisa.

Como primeira conclusão, constatou-se que a universalização do conceito de agricultura familiar através de categorizações assume na maioria das vezes uma racionalidade puramente econômica, limitando o necessário debate sobre o tema. O trabalho constatou que os esforços são direcionados ao propósito simplista da assessoria governamental de transpor os modelos de desenvolvimento rural adotados nos países centrais que tinham a agricultura familiar como referencial. O aprofundamento teórico é considerado secundário perante as prioridades.

Apesar de não ser objetivo da pesquisa, o presente ensaio procurou preencher o "vazio" teórico existente, no sentido de enriquecer a análise do Programa. Como principal produto desta discussão, concluiu-se que a concepção de agricultura familiar que norteia as ações do PRONAF é influenciada por uma linha de pensamento cuja tradição é originada nos Estados Unidos. Nesta concepção, o produtor familiar é encarado como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista agressivo, o pequeno empreendedor ousado. Este raciocínio que privilegia os agricultores familiares com maior potencial econômico e mais aptos para inserção no mercado, foi utilizado pelo PRONAF para definição do seu público-alvo.

Contrariando as expectativas de um posicionamento de oposição à concepção norte-americana, avistou-se que os movimentos sociais no campo não conseguem romper com o senso comum, que supõe a possibilidade de preservação dos pequenos produtores nos moldes de uma agricultura capitalista. As reivindicações limitam-se aos reclamos do cumprimento das metas propostas pelo Programa.

Especificamente sobre as metas do Programa, concluiu-se que o PRONAF recorreu à velha fórmula desenvolvimentista que nos últimos anos serviu de referencial das políticas agrícolas no País, apostando-se novamente numa suposta organização do mercado - proporcionada pelo aumento da produção e conseqüente queda dos preços - na qual, nesta competitividade, sobreviveriam os mais "aptos" e eficientes produtores.

Outra constatação diz respeito à preferência do Programa por definir como seu público-alvo a chamada agricultura familiar de transição. Esta opção do PRONAF excluiu de seus benefícios um grande contingente de agricultores que se encontram nas unidades familiares ditas periféricas, situando mais uma vez estes trabalhadores à margem do sistema de crédito rural e estigmatizando-os como sem aptidão de participarem do desenvolvimento rural do País.

Com referência à caracterização socioeconômica dos beneficiários e de seus componentes familiares deduziu-se, a partir dos dados da pesquisa, que o Programa abdica de uma atenção maior ao público feminino e reproduz entre os seus beneficiários os alarmantes índices de analfabetismo do País.

De imediato, poder-se-ia afirmar que o PRONAF pouco colaborou para o aumento da capacidade produtiva de seus beneficiários, porém, o trabalho observou que o Programa apresenta contribuições relevantes em sua atuação no Município, tais como: o Programa é apontado como a principal fonte de crédito dos agricultores; a EMATERCE instituição que vem recebendo recursos do PRONAF para viabilizar os trabalhos do Programa no Estado, vem exercendo importante papel no que diz respeito a elaboração dos projetos, assistência técnica e capacitação dos agricultores; as condições de pagamento do financiamento adquirido - principalmente suas baixas taxas de juros - vêm proporcionando baixo índice de inadimplência no Programa.

Mesmo que a intenção da maioria dos beneficiários em solicitar outro financiamento junto ao PRONAF tenha sido considerada representativa, os dados afirmam uma série de dificuldades referentes ao pagamento do financiamento, destacando-se a presença da burocracia bancária e principalmente a demora na liberação do dinheiro após a aprovação do projeto.

Diferentemente de outras regiões do Estado, a inadimplência do Programa em Acaraú é considerada insignificante. Entretanto é expressivo o número de beneficiários que desconhecem suas obrigações perante o Programa, sejam elas referentes às

condições de pagamento do financiamento ou aquelas que dizem respeito aos seus objetivos.

Ainda no que se refere ao setor produtivo, concluiu-se que a exemplo do ocorrente com a maioria dos pequenos produtores rurais do País, a ação de intermediários na comercialização é apontada como principal fator de entrave ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos beneficiários do PRONAF no Município, repercutindo diretamente na renda agrícola destes agricultores.

Em última análise sobre a melhoria das condições para o aumento da capacidade produtiva proporcionada pelo PRONAF, concluiu-se que, pela própria lógica da agricultura capitalista que inviabiliza a ascensão do pequeno produtor, os beneficiários do Programa não conseguem acompanhar a instabilidade encontrada no mercado competitivo. É unanimidade a idéia de que, num primeiro momento, os agricultores se mostravam satisfeitos com a principal atividade agrícola desenvolvida no município (coco) nesta etapa do processo produtivo em que a demanda era superior à oferta do produto e os preços conseguiam suprir os custos. Hoje, com o aumento da produção e conseqüente queda dos preços, existe uma insatisfação generalizada entre os agricultores que receberam financiamento do PRONAF.

No que tange à verificação dos níveis de geração de ocupações, o PRONAF não vem apresentando resultados significativos. Os depoimentos indicam que o Programa apenas vem cumprido o papel de manutenção dos agricultores em suas atividades, porém, como geradores de alguma forma de ocupação, estes restringem-se à contratação temporária em períodos que exigem maior contingente de mão-de-obra.

A análise dos dados referentes à geração de rendas aos beneficiários do PRONAF sinalizam a ocorrência de acréscimo da renda destes beneficiários após o financiamento.

Detectou-se no trabalho fatores que contradizem este resultado, mostrando que o aumento da renda observada não é produto das ações do Programa, pois o êxito é simplesmente relacionado com o fornecimento do crédito, não se atribuindo ao PRONAF a responsabilidade de geração de renda.

O sentimento de posse da terra, que pôs fim à submissão do pagamento do arrendamento antes vivenciada pelos agricultores, foi considerado pelos

beneficiários do Programa como elemento fundamental no setor produtivo e no desempenho das vendas nos últimos anos.

Em alusão ao nível de participação dos conselheiros nas decisões do Programa, pode-se afirmar ser esta praticamente inexistente. São fatos que corroboram esta conclusão: a ausência dos conselheiros na elaboração do PMDR e PT, o total desconhecimento dos conselheiros sobre suas funções perante o PRONAF, a não-participação dos conselheiros na definição das prioridades do Programa e a ausência de acompanhamento e fiscalização das obras do PRONAF por parte dos conselheiros.

A pouca participação é reforçada ainda pela situação circunstancial do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Acaraú, atualmente com atuação puramente formal, funcionando apenas como mero repassador dos recursos federais. Por fim, conclui-se que o PRONAF, apesar de trazer em seus documentos uma proposta de rompimento com as políticas e estruturas arcaicas que o antecederam, não consegue se diferenciar destas práticas arraigadas, principalmente por não oferecer opções a ortodoxia liberal produtivista e de inserção do mercado.

5.2 Sugestões

Tendo como base as limitações encontradas no trabalho e os resultados alcançados, abre-se espaço para algumas sugestões.

Inicialmente, sugere-se uma agenda de pesquisa no sentido de superar as limitações do trabalho realizado. Novos estudos devem contemplar fundamentalmente os seguintes aspectos e dimensões : a) aprofundar o debate sobre a agricultura familiar; b) realizar uma avaliação dos impactos do PRONAF para todo o estado do Ceará permitindo uma visão mais global das ações deste Programa no Estado; c) elaborar um banco de dados para o Programa no Estado; d) concretizar um estudo comparativo da situação antes-depois que possibilite analisar a qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF .

No que se refere às sugestões para tomada de decisões políticas que possam dinamizar o Programa, recomenda-se, em primeiro lugar, uma abertura por parte do

Governo Federal ao debate sobre os rumos da agricultura familiar no País. O aprofundamento teórico deste tema é fundamental para o êxito do Programa. Contemplar uma discussão sobre gênero que amplie a participação feminina nas ações do PRONAF é também essencial. A juventude, elemento-chave na dinâmica da família, deve ser observada com maior atenção pelo Programa, e operações de linhas de crédito que potencializem o seu desenvolvimento fortalecerão, sem dúvidas a conceituação do PRONAF.

Sugere-se que os bancos levem em consideração a sua real capacidade de atendimento, a fim de minimizar os atuais desperdícios de recursos na elaboração de propostas não contratadas, evitando frustrações de expectativas por parte dos não atendidos; ainda neste sentido, os agentes creditícios devem não medir esforços na liberação dos recursos quando do preparo das áreas de plantio, respeitando o período chuvoso de cada região a partir de previsões elaboradas pela FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos).

Como observado no decorrer da pesquisa é essencial para o aumento da capacidade produtiva o sentimento de posse da terra por parte dos agricultores, portanto a realização da reforma agrária é elemento prioritário diante de qualquer política que se proponha à inclusão dos agricultores familiares.

No que tange aos níveis de geração de ocupação e renda, recomenda-se que o Programa incentive as atividades que comprovadamente combatam os índices de desemprego observados no campo. É de suma importância que as atividades financiadas aspirem à perspectiva de sustentabilidade, sendo para isto necessário que o Governo estabeleça uma política de preços mínimos nos períodos de instabilização do mercado e garanta condições de comercialização das principais atividades produtivas desenvolvidas pelo Programa.

Como última sugestão, indica-se uma reorganização do CMDS do Município de Acaraú, repensando sua estrutura e atual composição. Desmantelar a "prefeiturização" existente e repensar se a estrutura do Conselho é o melhor foro para a participação dos agricultores familiares nas decisões do Programa é o desafio lançado.

5.3 Limitações

Muitos dos objetivos pensados inicialmente para o desenvolvimento deste trabalho foram lamentavelmente sendo excluídos no decorrer de sua construção, conseqüentemente há o reconhecimento de uma série de limitações que podem ser superadas em futuros estudos.

Em decorrência da escassez de avaliações do Programa em estudo - a mais rigorosa foi a realizada pelo IBASE - sentiu-se a necessidade de suprir esta carência. A princípio, objetivava-se realizar um estudo que comportasse todo o Estado do Ceará. Porém, compreendendo que o fator tempo seria determinante para a conclusão da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso limitando as pretensões iniciais.

Outro percalço foi a impossibilidade de realizar uma avaliação dos impactos do Programa numa relação antes-depois, uma vez que não se tinha um marco zero que possibilitasse esta realização. Com isto, a pesquisa limitou-se a uma análise socioeconômica que, em alguns momentos, não conseguiu responder questionamentos importantes, tais como: em que condições se encontravam os beneficiários antes de receberem o financiamento ?; qual a perspectiva de vida que os beneficiários tinham antes do PRONAF?; qual o nível de organização dos agricultores antes do assentamento?; qual seria o imaginário dos beneficiários em relação a uma política de cunho agrícola que contemplasse a agricultura familiar ? Algumas destas perguntas constavam no questionário, mas as respostas foram restritas, impossibilitando uma avaliação mais acurada.

Dificuldades também foram encontradas na ausência de dados sobre algumas variáveis que poderiam auxiliar a avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do Programa. Este fato inviabilizou o cumprimento deste objetivo, sendo este descrito na pesquisa apenas superficialmente.

Por fim, relata-se que não foram raras as vezes em que a pesquisa encontrou obstáculos na burocracia estatal, que dificultava o acesso a dados relevantes para o desenvolvimento do trabalho, retardando, por conseguinte, seu andamento e remate.



6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABROMOWAY, Ricardo. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Revista da ABRA**. São Paulo, v.25, n.2-3, p. 142-166, mai./dez. 1995.

ABROMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira & KAGEYAMA, Ângela. Família e trabalho rural no Brasil. **Informações Econômicas**, 23(supl.01/93), p 7-16. Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1993.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. [on line] Disponível via <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/html>. Arquivo capturado no dia 25 de setembro de 2000.

CHAYANOV, Alexander Vladimir. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. 365p.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Anais do VII Congresso Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais**. Brasília, 1998. 109p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRS/036. Brasília: 1995. 24p.

GERMER, Claus. **A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola**. Curitiba, UFPR, 1996. 14p.

GRAZIANO DA SILVA, José. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 33, 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. 2v. v.2, p.763-777.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. "Avaliação do desempenho institucional das políticas de geração de emprego e renda". **Revista Democracia Viva**. Rio de Janeiro, Edição especial, nov. 1999. 154p.

IPLANCE. **Perfil básico do municipal** : Acaraú. Fortaleza: IPLANCE, 2000. 18p.

KAGEYAMA, Ângela & GRAZIANO DA SILVA, José. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustrias. In: DELGADO, G.C. (org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. (Série IPEA, 127).

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: Unicamp, 1993. 336p, v.1.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. 320p.

MASSELI, Maria Cecília. **Extensão entre os Sem-Terra.** São Paulo: UNIMEP, 1997. 170p.

MATTEI, Lauro. A agricultura familiar e o movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR): possíveis razões para a adesão às propostas do Projeto FAO/INCRA. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 35, 1997, Natal. Anais... Brasília: SOBER, 1997. V.2, p. 1428-1463.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 04, Belém, 2001. 14p.

MDA/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000. 76p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265p.

MEPF/MAA/SDR/INCRA. **Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília, 1999. 47p.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: questões metodológicas. **Revista da ABRA.** São Paulo, v.25, n.2-3, p. 21-35, mai./dez. 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987. 85p.

PRONAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Secretaria Estadual do PRONAF do Ceará. Fortaleza, 2000. 11p.

PRONAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1996. 37p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 1989. 128p.

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar. **Sistematização e análise de resultados da capacitação em gestão social para conselheiros municipais.** Fortaleza: SDR, 2001.85p.

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará. **Atividades desenvolvidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - 1996/2000**. Fortaleza: SDR, 2000. 36p.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998** [on line]. Disponível na Internet via <http://www.cria.org.br/gip/gipaf>. Arquivo capturado no dia 25 de março de 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura brasileira**. São Paulo: Contexto, 1990. 106p.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: Le paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973. 251p.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Revista da ABRA**. São Paulo, v.25, n.2-3, p. 128-141, mai./dez. 1995.

VEIGA, José Eli da & ABROMOWAY, Ricardo. **Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola**. São Paulo: IPEA, 1998. 41p.

WANDERLEY, Maria Nazaré de Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 20, 1996. GT17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Out. 1996.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec-Edunb, 1997. 192p.

ANEXOS

ANEXO A

PROJETO SÃO JOSÉ
 RELAÇÃO NOMINAL DE PROJETOS COMUNITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA FINANCIADOS
 PERÍODO : 1997 - 2001 - PROJETO PILOTO

Comunidade	Entidade Representativa	Tipo	Categoria	Subcategoria	Fam. Benef	Valor Tot. Subp. R\$	Valor Liberado R\$
Lag Carneiro RA	Associação Comunitária Boa Esperança lagoa do Carneiro	Produtivo	Ação Fundiária	Compra de Terras	13	82.680,00	82.680,00
Lag Carneiro RA	Associação Comunitária Boa Esperança Lagoa do Carneiro	Produtivo	Fuleiras	Cajueiro	13	42.176,18	37.958,55
Lag Carneiro RA	Associação Comunitária Boa Esperança Lagoa do Carneiro	Produtivo	Fuleiras	Cajueiro anão precoce	13	8.820,17	7.938,15
CA. Veríssimo RA	Associação Comunitária do Córrego de Ana Veríssimo	Produtivo	Ação fundiária	Compra de Terras	20	95.400,00	95.400,00
CA. Veríssimo RA	Associação Comunitária do Córrego de Ana Veríssimo	Produtivo	Agricultura Irrigada	Microaspersão	20	57.144,02	51.429,62
CA. Veríssimo RA	Associação Comunitária do Córrego de Ana Veríssimo	Produtivo	Fuleiras	Cajueiro anão precoce	18	62.941,88	56.647,69
CA. Veríssimo RA	Associação Comunitária do Córrego de Ana Veríssimo	Infra - Estrutura	Habituação Rural	Construção	19	45.876,53	40.174,35
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Produtivo	Ação Fundiária	Compra de Terras	19	95.220,00	95.220,00
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Produtivo	Agricultura Irrigada	Inundação	30	56.634,84	50.971,36
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Infra - Estrutura	Eletificação Rural	E. Convencional - R. Dist.	14	47.572,63	40.436,72
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Infra - Estrutura	Habituação Rural	Construção	12	28.867,59	25.277,35
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Produtivo	Mecanização Rural	Traitor c/ impl. Agrícola	16	43.344,80	34.675,84
Cauassu RA	Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu	Produtivo	Process. Primários Produtos agrícolas	Casa de farinha	15	53.244,17	45.304,07

Comunidade	Entidade Representativa	Tipo	Categoria	Subcategoria	Fam. Benef	Valor Tot. Subp. R\$	Valor Liberado R\$
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Produtivo	Ação Fundiária	Compra de Terras	19	72.234,00	72.234,00
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Produtivo	Agricultura Irrigada	Kit irrigação	13	55.297,18	49.767,46
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Infra - Estrutura	Eletrificação Rural	Energia convencional	13	40.947,55	34.805,41
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Infra - Estrutura	Habitação rural	Construção	13	31.389,20	27.487,72
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Produtivo	Mecanização Agrícola	Trator c/implen agrícolas	20	31.389,20	27.487,72
Tucunzeiros RA	Assoc. do Desenvolvimento Com. Dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros	Produtivo	Process. Elabor. Produtoagrícolas	Doces	13	58.650,01	49.961,68
Lagoa Carneiro RA	Associação dos Assentados Boa Esperança Lagoa do Carneiro	Infra - Estrutura	Habitação Rural	Construção	13	31.389,20	27.487,71
Lagoa do Carneiro RA	Associação dos Assentados Boa Esperança Lagoa do Carneiro	Produtivo	Mecanização Agrícola	Trator c/impl agrícola	60	56.983,67	51.285,30

Fonte : Secretaria de Desenvolvimento Rural

CÉDULA DA TERRA
 RELAÇÃO NOMINAL DE PROJETOS COMUNITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA
 PERÍODO 1997 - 2001

Comunidade	Entidade Representativa	Tipo	Categoria	Subcategoria	Fam. Benef	Valor Tot Subp. R\$	Valor Liberado R\$
Irapuã	Associação Comunitária dos Moradores de Cachorro Seco e Coltas	Produtivo	Habitacão Rural	Localizada	10	22.389,00	20.150,10
	Associação Comunitária dos Moradores de Cachorro Seco e Coltas	Produtivo	Agricultura Irrigada	Localizada	10	11.950,00	10.755,00
Irapuã	Associação Comunitária dos Moradores de Cachorro Seco e Coltas	Produtivo	Fruticultura	Coqueiro	10	5.708,23	5.137,41
São Felipe	Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe	Produtivo	Habitacão Rural	Kit irrigacão	24	53.733,00	48.360,24
	Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe	Produtivo	Agricultura Irrigada	Kit Irrigacão	25	17.554,50	15.799,05
São Felipe	Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe	Produtivo	Fruticultura Irrigada	Coco Irrigado	19	2.002,22	1.802,00
	Associação Comunitária dos Moradores de Imburanas	Produtivo	Habitacão Rural	Localizada	12	26.866,80	24.180,12
Curral Velho Baixo	Associação Comunitária dos Moradores de Imburanas	Produtivo	Agricultura Irrigada	Localizada	12	11.246,00	10.121,40
Curral Velho Baixo	Associação Comunitária dos Moradores de Imburanas	Produtivo	Fruticultura	Coqueiro	12	4.648,68	4.183,81
Almecegas	Associação Comunitária dos Moradores de Almecegas Velha	Produtivo	Fruticultura Irrigada	Banana	8	30.962,00	27.865,80

ANEXO DE ENTREVISTAS COM

Entrevistas com Entrevistados com Acesso

ENTREVISTADOS

Entrevistas com Entrevistados com Acesso

Municípios de Desenvolvimento Rural

Municípios Municipais e Estados de

Municípios - Paróquias - Cooperativas - Associações

Municípios - Associação (Agrícola) e Recreações, Par

ANEXO B

ANEXO B

Municípios Municipais e Estados de
Municípios - Paróquias - Cooperativas - Associações
Municípios - Associação (Agrícola) e Recreações, Par

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OUTROS "ATORES"

PARTE A - Roteiro para Entrevistas com Atores a Nível Estadual e Municipal

1. OBJETIVOS DO PRONAF

O PRONAF tem como objetivo favorecer a agricultura familiar, criando condições favoráveis para uma justa distribuição da renda no campo e os meios de sobrevivência para esta modalidade de organização da agricultura, evitando dessa forma o êxodo rural.

2. ATORES QUALIFICADOS

Entre outros atores que deverão ser entrevistados indicamos a importância dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e seus correspondentes no nível estadual, Secretarias Municipais e Estaduais de Agricultura, Sindicatos de trabalhadores Rurais, Federações, Cooperativas, Associações, EMATER, Empreendimentos Agroindustriais (Agroindústria) e Representações Patronais.

3. AVALIAÇÃO DO PRONAF

Além dos objetivos descritos no ponto 1, a avaliação dos programas deverá contemplar os itens listados a seguir:

- a) Geração e Manutenção de Emprego
- b) Geração e Manutenção de Renda
- c) Capacitação
- d) Incentivo à Formalização
- e) Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
- f) Outros aspectos

4. IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS E SUGESTÕES DE MUDANÇA NO PRONAF

- a) Relacionados aos objetivos listados nos itens 1 e 3.
- b) Relacionados aos recursos dos programas e a demanda potencial
- c) Relacionados ao perfil dos beneficiados pelos programas
- d) Relacionados à maior concentração de beneficiados em alguns municípios
- e) Características dos não atendidos pelos programas
- f) Com relação à (in)segurança quanto a participação nos programas
- g) Com relação ao funcionamento dos Conselhos Municipais
- h) Com relação à cláusula de aceitação de até dois empregados (PRONAF)
- i) Com relação ao sistema de equivalência-produto
- j) Com relação a capacidade da rede de armazéns
- k) Com relação às exigências bancárias
- l) Com relação à burocracia bancária
- m) Com relação à assessoria técnica para os projetos
- n) Com relação ao atraso na liberação dos recursos dos projetos
- o) Propostas para simplificação do processo

PARTE B - Roteiro para as Entrevistas com os Agentes Financeiros**1 - IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE**

Nome: _____

Telefone: _____

Endereço: _____

Município: _____

Função: _____

Tempo na agência: _____

Tempo na função: _____

Programas operados pela agência: _____

Data de admissão no Programa (se mais de um, indicar as respectivas datas): _____

2 - OS PROGRAMAS NA AGÊNCIA (quando necessário, utilize o verso da folha)**PROGRAMAS**

2.1 Como se dá a divulgação dos programas?

2.2 Os recursos dos programas representam quanto, em relação ao total do movimento financeiro da agência (em percentual)?

2.3 Qual sua opinião sobre a distribuição dos recursos transferidos para cada um dos programas, em relação às suas respectivas demandas locais?

2.4 Qual a autonomia da agência para direcionar os recursos entre os programas?

2.5 Para cada um dos Programas (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf) diga qual os problemas mais recorrentes encontrados para aprovação de Projetos.

COMISSÕES/CONSELHOS

2.6 Qual a relação da agência com a Comissão/Conselho?

2.7 Qual sua opinião sobre o acesso do público às Comissões/Conselhos?

2.8 O que precisaria mudar com relação à atuação das Comissões/Conselhos?

OPERACIONALIZAÇÃO NO BANCO

2.9 Em relação às exigências bancárias, como se dá a seletividade dos bancos?

2.10 Até que ponto o processo burocrático tem sido excessivo, ou não?

2.11 Em relação ao sucesso/fracasso dos Programas, qual tem sido o papel da assessoria técnica?

2.12 Até que ponto a liberação dos recursos tem influenciado positiva ou negativamente o andamento dos Programas?

2.13 Sugira propostas para a simplificação/melhoria do processo?

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AOS SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES
(quando necessário, utilize o verso da folha)

3.1 Geração e/ou manutenção do nível de emprego

3.2 Geração e/ou manutenção do nível de renda

3.3 Ampliação da capacidade técnico-gerencial

3.4 Incentivo à formalização

3.5 Outros aspectos

4 - PROBLEMAS DO PROGRAMA NO TOCANTE AO SEU FUNCIONAMENTO

(quando necessário, utilize o verso da folha)

4.1 Relacionados aos Objetivos

4.2 Relacionados à Operacionalização

4.3 Relacionados às Garantias

4.4 Relacionados às Inadimplências

4.5 Outros não citados acima

ANEXO C

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO

01. Caracterização da Família do Beneficiário

a. Nº	b. Nome	c. Sexo TC1	d. Idade	e. Cor TC2	f. Relação c/ Benef. TC3	g. Grau Instrução TC4	h. Estuda TC5	i. Trabalha TC6	j. % de tempo trabalhado no estabelecimento TC7	l. Rendimentos externos obtidos em 1997	m. Renda interna obtida em 1997 pelo estabelecimento
01											
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											

<p>TC1 Sexo 01. Feminino Masculino</p>	<p>TC2 Cor/03. Branca 04. Negra 05. Amarela (somente p/orientais) 06. Parda (mulata, mestiça cabocla, mameluca, catiça, etc) 07. Indígena 08. Não quis declarar</p>	<p>TC3 Relação c/ Benef. 09. O próprio 10. Cônjugue 11. Filho(a) 12. Pai/ Mãe/ Sogro/ Sogra 13. Outros parentes 14. Agregado 98. Outros</p>	<p>TC4 Grau de Instrução 15. Analfabeto 16. Sabe ler e escrever 17. 1º grau Incompleto 18. 1º grau Completo 19. 2º grau Incompleto 20. 2º grau Completo 21. Curso Técnico 22. 3º grau Incompleto 23. 3º grau Completo</p>	<p>TC5 Estuda 24. Sim 25. Não</p>	<p>TC6 Trabalha 26. No Estabelecimento e/ou domicílio 27. Fora do Estabelecimento em atividade agrícola 28. Fora do Estabelecimento em outras atividades 29. No Estabelecimento e fora em atividade agrícola 30. No Estabelecimento e fora em outras atividades 31. Não Trabalha 32. Aposentado/Pensionista 33. Aposentado trabalha no estabelecimento 98. Outros</p>
---	--	--	--	--	--

02. Qual a área do estabelecimento financiado ?

_____ há

03. O Sr. Possui outro estabelecimento ?

01 Sim

02 Não

04. Onde está localizado ?

01. No mesmo município

02. Outro município. Qual ? _____

05. 21 Uso da Terra:

USO DA TERRA	ÁREA (ha) DE SUA PROPRIEDADE	ÁREA (ha) EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS
1.1 ÁREA TOTAL		
1.2 CULTURAS IRRIGADAS		
1.3 CULTURAS SEQUEIRO		
1.4 PASTAGEM PLANTADA		
1.5 PASTAGEM NATIVA		
1.6 VEGETAÇÃO NATIVA		

06. Produção Agrícola e Comercialização

06.1 Depois do PRONAF

a. Tipo	c. Produção Depois do PRONAF				C4. Animais de Trabalho Quantidade
	C2. Consumo Familiar	C3. Venda			
		Nº	Valor Total R\$	PRINCIPAL COMPRADOR (TC1)	
01 Boi					
02 Vaca p/ leite					
03 Leite					
04 Bezerro/novilha					
05 Suínos					
06 Caprinos					
07 Eqüinos					
08 Frangos					
09 Ovos					
10 Outras aves					
11 Pescados					
98 Outros (especifique):					

TC1 - Principal Comprador

- 01 Intermediário
- 02 Direto ao Mercado
- 03 Cooperativa
- 04 Agroindústria
- 98 Outros

Obs: No caso de leite colocar em litros e no caso de ovos em dúzias

09 Extrativismo (Depois do PRONAF (Ano Safra))

a. Produto	b. Área Explorada (ha)	c. Produção		d. Venda			e. Uso na Propriedade Quantidade
		Quant.	Quant.	Valor Total	Principal Comprador (TC1)		

- TC1 – Principal comprador
 01 Intermediário
 02 Direto ao Mercado
 03 Cooperativa
 04 Agroindústria
 98 Outros

10 Atividades Rurais Não Agrícolas

10.1 Depois do PRONAF

a. Produto	b. Produção	c. Venda		d. Uso do Estabelecimento Quantidade
		Quantidade	Valor	

- TC1 – Principal comprador
 01 Intermediário
 02 Direto ao Mercado
 03 Cooperativa
 04 Agroindústria
 98 Outros



11. O que o Sr. E sua família trouxeram de material para o assentamento ?
12. Quais os equipamentos e máquinas que possui atualmente ?
13. Depois que o Sr. Recebeu financiamento do PRONAF houve modificação na sua forma de plantar, como o Sr. Planta ?
14. Depois que o Sr. Recebeu financiamento do PRONAF recebeu alguma assistência técnica ?
15. Após o financiamento do PRONAF houve melhorias no abastecimento de água e luz?
16. Que tipo de material era utilizado na sua casa antes de entrar no assentamento ?
17. Como o Sr. Tomou conhecimento da linha de financiamento do PRONAF ?
18. Qual a atividade financiada e qual o valor financiado ?
19. Quem elaborou o projeto exigido para a aprovação do financiamento do PRONAF ?
20. O Sr. Enfrentou alguma dificuldade quando solicitou a operação de crédito do PRONAF ?

21. Quais são as suas obrigações de pagamento do financiamento obtido pelo PRONAF?
22. O Sr. vem pagando em dia os empréstimos solicitados junto ao PRONAF ?
23. Qual é atualmente a sua principal fonte de crédito ?
24. O Sr. Pretende pedir outro financiamento ao PRONAF ?
 - 01 Sim
 - 02 Não. Por quê ?
25. Qual o número de pessoas que trabalhavam antes do financiamento com o Sr? E quantas passaram a trabalhar depois do PRONAF ?
26. Se houve alteração porque precisou contratar mais alguém?
27. Como era a sua produção antes de entrar no assentamento e como esta a sua produção depois do financiamento do PRONAF?
28. Como estavam as suas vendas antes de entrar no assentamento e como estão depois do financiamento do PRONAF?
29. Como estava a sua renda antes de entrar no assentamento e qual a condição de sua renda após o financiamento do PRONAF?

30. O Sr. Recebeu alguma capacitação depois do financiamento do PRONAF ?
31. O Sr. participa de alguma organização ? Com se dá esta participação?
32. Qual o maior desejo que o Sr. tem para o Sr. e para a sua família ?
33. Como o Sr. vê o seu futuro e de sua família ?
34. O Sr. pretende que se filhos continuem desenvolvendo a atividade ? Por quê?
35. O Sr. acha que o financiamento do PRONAF evitou que os trabalhadores e familiares da região deixassem a área rural ? Por quê?
36. Como o Sr. avalia a sua qualidade de vida e de sua família antes de entrar no assentamento e qual a situação depois do financiamento do PRONAF?
37. Qual a sua opinião a respeito do PRONAF?

Así mismo, se realizó una prueba de
Cruzada de los datos de los grupos

ANEXO D

Avaliação realizada pelo IDACE nos Assentamentos**Córrego do Manoel Luís (Ana Veríssimo) – 20 famílias**

R\$ 95.400.00

Culturas Permanentes – 22ha
Culturas temporárias – 94.8ha
Pastagem Artificiais – 5ha
Preservação permanente – 15ha
Reserva legal – 45ha
Inaproveitável – 5ha
Aproveitável não utilizada – 20 ha
Área – 206.8ha

Solo

I a III – 150ha
IV – 56.8ha

Suporte pecuário

Nº de UAS 90

Recursos hídricos

Volume armazenado 100000m³
Volume Potencial 200000m³

Infra-Estrutura

Rede viária – 15Km da cidade – vias de acesso é excelente
Eletrificação – dotado de rede elétrica
Recursos hídricos – córrego corrente corta toda a extensão da propriedade
Comercialização – com facilidade

Organização da comunidade – são org. e trabalham em sistema comunitário

Modelo de gestão – participativo
Expectativas – aumento da produção de caju e coco, conservação do solo e plantio de culturas de subsistência
Social – construção de casas, aumento do nível de escolaridade e alimentação

Inversões

15 casas, 01trator/implemento, 02Km de rede elétrica, construção de canais de irrigação.

Laudo de Avaliação

R\$ 103.114.00

Casa sede – 150m²
 Garagem – 50m²
 Estábulo c/200tinas 20m²
 Curral – 200m²
 Casa de farinha completa – 260m²
 Galpão – 100m²
 Forrageira – 01
 Cultivador – 01
 Máquina mandioca – 01
 Pocilga – 120m²
 Cajueiro – 10ha
 Coqueiro – 12ha
 Carroça completa – 01
 Cerca – 08 fios – 5610m
 Cerca – 07 fios – 3000m
 Rede Elétrica – 02 Km
 Poço Jorrante – 01

Cachorro Seco (Itapuã) – 10 famílias

R\$ 69.500.00

Culturas permanentes – 30ha
 Culturas temporárias – 3,4ha
 Pastagem naturais – 75ha
 Preservação permanente – 40ha
 Inaproveitável – 10ha
 Aproveitável não utilizada – 50ha
 Área – 207.4ha

Solo

I a III - 130ha
 IV – 78.4ha

Recursos Hídricos

V. Acumulado – 800000m³
 V. Potencial – 3000000m³

Infra-Estrutura

Rede Viária – 3Km de Juritianha (boas condições)
 Eletrificação – a 1km da propriedade (ainda não está beneficiado)
 Recursos hídricos – 2 cacimbões de média vazão, porém é cortado por córregos perenes que possuem água de boa qualidade
 Comercialização – elevado potencial de comercialização

Organização – em fase adiantada

Modelo – participativo
 Principais atividades – aumento da produção de coco e caju, melhor aproveitamento do córrego, aumento da alimentação, saúde, entidades regionais e comunidade

Inversões – 05 casas, 01Km de energia elétrica, limpeza do córrego 500m
R\$ 21.225.00

Laudo de Avaliação
R\$ 44.250.00

Casa sede – 70m² - R
Casa colono – 40m² - R
Cajueiro – 20ha - R
Coqueiro – 12ha - B
02 Córrego
Cerca arame 05fios – 5000m - R
Mandioca – 10ha - B
Área destocada – 30ha

Lagoa do Carneiro – 13 famílias
R\$ 82.680.00

Cultura permanente – 35ha
Cultura temporária – 70ha
Pastagem naturais – 120ha
Preservação permanente – 18ha
Reserva legal – 70ha
Inaproveitável – 15ha
Aproveitável não utilizada – 20,4ha
Área – 348.8ha

Solo
I a III – 200ha
IV – 100ha
V e VI – 84,4há

Recursos Hídricos
Volume Armazenado – 100000m³
Volume Potencial – 2000000m³

Organização da Comunidade – bom nível de organização
Modelo de gestão – participativo
Principais atividades a serem desenvolvidas – melhor aproveitamento do coco, caju precoce e aumento da renda média, melhorar a comercialização
Social – moradia, diminuir o índice de mortalidade e aumentar o nível de escolaridade

Infra- Estrutura
Rede Viária e condições de acesso – 18Km de Acaraú, com 7 Km de piçarra
Eletrificação – a 30m da propriedade – fácil obtenção
Recursos hídricos – 01 córrego perene corta a propriedade, com água suficiente e de boa qualidade, canal de irrigação próximo
Comercialização – grande aceitação na cidade

Inversões necessárias – 10 casas, 01 açude, rede elétrica

Laudos

Sede – 350m² – R
 Morador – 210m² – R
 Casa de farinha – 50m² – R
 Cacimbão – 58m² – B
 Curral de madeira – 100m² – R
 Cerca – 3fios – 4000m – R
 Cerca – 4fios – 3000m – Precário
 Cerca – 7fios – 5000m – R
 Cajueiro produção – 40há
 Coqueiro produção – 5há
 Rede elétrica – 01Km

Curral Velho
R\$ 126.500.00

Cultura permanente – 53.5ha
 Cultura temporária – 2.5ha
 Pastagem naturais – 20ha
 Pastagem artificiais – 1ha
 Preservação permanente – 5ha
 Reserva legal – 31ha
 Inaproveitável – 2ha
 Aproveitável não utilizada – 41.87ha
 Área – 156,8ha

Solo

I a III – 110ha
 IV – 30ha
 VII e VIII – 16.87ha

Suporte pecuário

Nº de UAS 25

Recursos hídricos

Volume armazenado – 1000m³
 Volume potencial – 10000m³

Infra-estrutura

Rede viária – a 15Km de Acaraú com boas condições de acesso(piçarra)
 Eletrificação – corta a área – 2 casa que possuem eletrificação
 Recursos hídricos – pequenos poços – consumo humano
 Comercialização – principal produto coco (nenhum entrave) – excelente

Organização da comunidade – alto grau de organização

Modelo de gestão – participativo

Principais atividades – coco, caju, mandioca e feijão

Social – casas, estimular jovem a escola, aumentar o nível de alimentação das pessoas e escolar

Inversões15 casas, 02 poços profundos, melhorar a casa de farinha, 01 trator carreta e pipa, caixa d'água alvenaria 10m³**Laudos**03 casas de alvenaria – 340m²Galpão p/guardar produção – 88m²Galpão p/bater palha – 42m²Casa de farinha – 60m²

01 prensa c/sevador

01 poço profundo (manual)

Cerca – 04fios – 1118m

Cerca – 08fios – 6151m

Cerca – 09fios – 5560m

Faxina – 1650m

Pastagem artificial – 01há

Bagana – 15000Kg

Coqueiro em produção – 2500pés

Coqueiro em formação – 1500pés

Cajueiro em produção – 500pés

Carnaúbas em produção – 500 pés

Mangueira em produção – 50 pés

Estacas de sábia – 1000

Tijolos furados – 1000

Estradas vicinais – 200m

Pequena barragem – 2000m³**Almecegas – 8 famílias****RS 59.920.00**

Cultura permanente – 20ha

Cultura temporária – 01ha

Pastagem naturais – 60ha

Pastagem artificial – 01ha

Reserva legal – 40ha

Inaproveitável – 10ha

Aproveitável não utilizada – 102.5ha

Área – 334,52ha

Solo

I a III – 93.8ha

IV – 117.2 ha

VII e VIII – 23.4ha

Suporte pecuário

N de UAS – 95

Infra-estrutura

Estrada – a 08Km da Acaraú

Eletrificação – passa por dentro da propriedade

Recursos hídricos – 03 córregos (1 perene), 02 poços tubulares, com bombas manuais

Comercialização – no próprio local da produção

Organização – razoável

Modelo – participativo

Principais atividades – aumento da produção de coco, mandioca, cajueiro, conservação dos recursos hídricos

Sociais – aumento da educação, saúde, alimentação

Inversões – 06 casas, reforma de 02 casas de alvenaria

Laudo de avaliação

R\$ 35.244.98

Casa de alvenaria – 91m²

Casa taipa – 48m²

Casa de farinha – 50m²

Aprisco de madeira – 15m²

Curral de madeira – 140m²

02 poços tubulares

mangueira em produção – 38pés

Coqueiro em produção – 430pés

Coqueiro em crescimento – 200pés

Cajueiro em produção – 500pés

Capim elefante – 1,1há

Cerca de madeira – 500m

Cerca - 03fios – 2700m

Cerca – 06fios – 6600

Cerca – 04fios – 500m

Cerca – 07fios – 1400m

Cerca – 08 fios – 400m

Tucunzeiros
R\$ 72.254.00

Cultura permanente – 38ha
Cultura temporária – 01ha
Pastagem natural – 10ha
Preservação permanente – 5ha
Reserva legal – 15ha
Inaproveitável – 03ha
Aproveitável não utilizada – 20ha
Área – 92ha

Solo

I a III – 75ha
IV – 17ha

Suporte pecuário

N de UAS – 30

Recursos hídricos

Volume armazenado – 19000m³
Volume potencial – 40000m³

Infra-estrutura

Rede viária – a 30 Km de Acaraú, 20Km de asfalto e 10Km piçarra (bom acesso)
Eletrificação – na própria sede
Recursos hídricos – são suficientes p/ abastecimento animal e agrícola
Comercialização – são adquiridos na própria propriedade

Organização – bom nível de organização

Modelo- participativo

Principais atividades – aumento da produção de coco, caju, mandioca, melhora a pecuária de leite

Social – casas, aumento do nível de escolaridade e alimentação

Inversão

Barragem – 1500m³

04 bois de tração

Casas – 1190 m²

Preparo e plantio de coqueiros – 3000pés



São Felipe – 25 famílias

R\$ 200.265.00

Cultura permanente – 70ha
 Cultura temporária – 05ha
 Pastagem naturais – 165ha
 Pastagem artificial – 10ha
 Preservação permanente – 60ha
 Inproveitável – 20ha
 Área – 330ha

Solo

I a III – 200ha

IV – 130ha

Suporte pecuário

N de UAS – 100

Infra-estrutura

Rede viária – ótimas condições de acesso (1.5Km da cidade)

Eletrificação – em ambos os lados

Recursos hídricos – 02 poços profundos com vazão de 6000l/há

Córregos perenes de boa qualidade

Comercialização – não apresenta entraves

Organização da comunidade – elevado grau de organização

Modelo – participativo

Principais atividades – aumento da produção de coco, cajueiro, feijão, mandioca em termos de alimentação, aumento estágio sócio-cultural

Inversões

15 casas, reforma do galpão, nova barragem

Laudo de avaliação do imóvel

R\$ 126.820.00

Casa sede + 2 moradores – 200m²

Casa de farinha – 150m²

Armazém p/ depósito – 200m²

02 poços profundos c/caixa

Área irrigada com coco – 38ha

Área cajueiro – 8ha

Área fruteira diversas – 4ha

Energia trifásica – 1Km

Cerca arame c/08 fios 15000m

03 córregos

Área destocada – 50ha